



TRACOMA

Pesquisa no Amazonas e em mais oito estados
aponta eliminação da doença entre crianças



ARTHUR PAE, RITA BACURI, JANO RAMIRES



OLHAR SOBRE O TRACOMA

O subeditor da *Radis*, Bruno Dominguez, esteve no Amazonas por uma semana para escrever nossa reportagem de capa de janeiro: pesquisa coordenada pela Fiocruz concluiu que o Brasil eliminou o tracoma entre crianças

RADIS

edição 208 ■ janeiro 2020

capa: foto de Bruno Dominguez

EDITORIAL

3 Paz com voz em 2020

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

JUVENTUDE

10 Deputado por cinco dias

CAPA | DOENÇAS TROPICAIS

14 Tracoma: Na rota da eliminação

15 Manaus, 16 de setembro

18 Tabatinga, 17 de setembro

19 Tabatinga, 18 de setembro

21 Tabatinga, 19 de setembro

22 Tabatinga, 21 de setembro

23 Rio de Janeiro, 18 de novembro

GÊNERO

24 A ciência não é só dos homens

28 Iniciativas apoiam mulheres

PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE

29 Retrato atualizado da saúde do brasileiro

30 O que diz a pesquisa sobre...

32 Novos valores de referência laboratoriais

32 Desigualdades na saúde

34 SERVIÇO

PÓS-TUDO

35 Aids: Hora de começar de novo

PAZ COM VOZ EM 2020

O Brasil estabeleceu como meta a eliminação do tracoma — doença infecciosa que causa cegueira — até 2020. Nesta edição, o subeditor e repórter Bruno Dominguez relata a incursão de pesquisadores à Amazônia para avaliação das intervenções realizadas para alcance da meta mundial. Apesar de atingir milhões de pessoas pelo mundo e de ser por muitos séculos conhecida, organizações internacionais relacionam o tracoma entre as doenças negligenciadas, já que não atrai nem investimentos da indústria farmacêutica nem o desenvolvimento de técnicas de detecção e diagnóstico, além de pesquisas.

Tracoma é uma doença que atinge as populações mais pobres, sem acesso à água e ao saneamento básico, em condições precárias de habitação, o que favorece a infestação de insetos e vetores. Tracoma é um problema de saúde pública e uma doença da desigualdade social. Talvez isto explique o fato de ser negligenciada. E como outras, é uma negligenciada que cega.

Nesta edição, *Radis* também apresenta os desdobramentos da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), que retrata a saúde do brasileiro, com análises de pesquisadores da Fiocruz. Os resultados indicam que as pessoas estão agregando muito anos às suas vidas, mas um percentual bastante significativo não está somando qualidade de vida a seus dias, já que viver bem é tão importante quanto viver mais. Segundo Platão, a qualidade de vida tem tamanha importância de modo que ultrapassa a própria existência, de não apenas existir, mas viver bem.

Comer é uma necessidade básica, mas e quando o que se come pode significar desenvolver doenças incapacitantes, com perda na qualidade de vida e até a morte? Os excessos, sobretudo de sal, gorduras e açúcar, dos alimentos de má qualidade e menos nutritivos, são apontados como causa direta no desenvolvimento de diversos agravos à saúde, como diabetes, hipertensão, anemia — provocada por doenças

e nutrientes — obesidade, problemas cardiovasculares e renal, entre outros.

A falta de acesso a saúde bucal aparece ainda na PNS e mostra o comprometimento que a ausência de dentição, observada nas camadas mais pobres da população, apresenta para a digestão, comprometida pela mastigação. Dados levantados pelo IBGE registram o crescimento da obesidade mais rapidamente na faixa mais empobrecida, o que demonstra que, para além de uma reeducação alimentar e nutricional que combata os maus hábitos, precisamos combater também as desigualdades, fatores que irão influenciar não só a nossa longevidade e saúde, como também a nossa qualidade de vida atual e futura.

No momento em que forças conservadoras questionam o envolvimento de jovens estudantes no cenário político e social do país, 78 alunos do ensino médio vivem por cinco dias a experiência da vida parlamentar, graças a um programa que contabiliza 10 anos. O relato das impressões do jovem Tiago Marques, um de seus protagonistas, que em entrevista à *Radis* contou sobre seus dias como deputado, mostra seu estranhamento ao observar o comportamento de alguns parlamentares, e concluir que “a casa do povo” não é tão do povo, já que limita o acesso às

galerias pela rampa.

Se ao longo dos últimos cinco anos, estudantes brasileiros ocuparam escolas e universidades Brasil afora, reivindicando mais verbas, mais direitos e mais oportunidades de serem ouvidos, torcemos para que mais do que escolas queiram ocupar também outros espaços. Afinal, o protagonismo estudantil está de volta à cena e precisa ocupar seu lugar.

Esta é a primeira edição de 2020. Estamos num novo ano. E em nome de toda equipe do Programa *Radis*, desejamos a todos os nossos leitores muita luz e oportunidades para viver um ano mais feliz, com mais justiça social e paz.

“A qualidade de vida tem tamanha importância de modo que ultrapassa a própria existência”

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

O QUE SE ESPERA DE UM HOMEM?
 “Homem que é homem...” Esse é um gatilho que estabelece uma série de rótulos que limitam o modo de ser homem, mostrou nossa reportagem da edição 206. *Radis* questionou seus seguidores no Instagram sobre comentários e expectativas que já haviam escutado sobre as definições de masculinidade. Confira algumas respostas...

Nunca depender financeiramente de alguém.
 Denise Benante, São Paulo, SP

Ser resolutivo e não me emocionar com as pequenas coisas do dia, sob pena de ser taxado de fraco.

João Paulo Oliveira, Recife, PE

Não procurar assistência à saúde, porque é sinal de fraqueza.

Giulia Scorsin, Três Lagoas, MG

Não abaixar a cabeça para a opinião alheia, principalmente para mulher.

Luiz Henrique Santos, Taboão da Serra, SP

Homem não chora e não fala sobre sentimentos.

Victor da Silva, Brasília, DF

Homem chora, sim, se sente só, sim, fica amargurado, sim, às vezes se faz de forte, porque foi colocado na sua cabeça que homem que é forte não chora. Isso não é verdade!

Carlos Roberto Alves, Contagem, MG



DIREITOS HUMANOS

Durante a segunda formação em Direitos Humanos LGBTQIA+ para servidores da Prefeitura de Aracaju (SE) em dezembro, o guarda municipal Leandro Martins sorteou nossas revistas para os que estavam presentes no evento. A iniciativa de Leandro deixou a gente da Redação curioso: como você usa a revista? Já levou a *Radis* para a sala de aula? Utilizou em algum trabalho ou monografia? Levou para alguma viagem ou passeio? Conta pra gente!

DRAUZIO VARELLA

O SUS é uma revolução que precisa de uma resolução rápida, para que possa ser eficaz a toda população, principalmente aqueles que contribuem com alta carga tributária.

Barbara e Agatha Salazar, São Paulo, SP

Excelente entrevista! Meus respeitos ao doutor Drauzio Varella!

Elias Brito, Cabo Frio, RJ

RADIS AGRADECE

Radis fala de gente, da vida, direitos, humanização, de saúde — direito de todos. Imperdível.

Evaldo Mendes, Serra, ES

Excelente publicação sobre as novidades mundiais em saúde pública. Informação e

pesquisa de extrema confiança. Leio desde os tempos de estudante. Deveria ser mais distribuída.

Veronica Semljanos, Balneário Barra do Sul, SC

Leitura dinâmica e atualizada. Conteúdo rico em realidade!

Daiany Rase, Muriaé, MG

AGROPECUÁRIA E SAÚDE

Gostaria de parabenizar a equipe da *Radis* pelo bom trabalho e pelos seus excelentes artigos que abordam assuntos muito importantes, e também pela forma extraordinária com que interagem com o seu público. Gostaria de sugerir o tema de agropecuária para uma próxima edição, pois é atual e também pode influenciar na saúde pública.

Dayse Neves, Guarapuava, PR

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Nísia Trindade
 Presidente

ENSP

Hermano Castro
 Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
 Coordenador e editor-chefe
 Justa Helena Franco
 Subcoordenadora

REDAÇÃO

Adriano De Lavor
 Editor

Bruno Dominguez
 Subeditor

Reportagem

Ana Cláudia Peres, Elisa Batalha, Liseane Morosini e Luiz Felipe Stevanim; Moniqui Frazão e Rodrigo Reis (estágio supervisionado)

Arte

Felipe Plauska; Mariana Carvalho (estágio supervisionado)

DOCUMENTAÇÃO

Jorge Ricardo Pereira e Eduardo de Oliveira (fotografia)

ADMINISTRAÇÃO

Fábio Lucas e Natalia Calzavara; Tainá Menezes (estágio supervisionado)

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Rotaplan Tiragem 119.600 exemplares

SUO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.





ANVISA REGULAMENTA MACONHA MEDICINAL

Produtos à base de maconha para fins medicinais foram regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 3/12, e poderão ser vendidos em farmácias no Brasil. A regulamentação passa a valer 90 dias após a publicação da decisão no Diário Oficial da União (DOU) e estabelece parâmetros de qualidade para fabricação e comercialização de produtos derivados de Cannabis. Até então, os pacientes com indicação médica para o uso desses produtos precisavam de autorização para importação. Porém, o cultivo da planta em território nacional, mesmo que para fins medicinais, foi rejeitado pela agência e continua proibido.

A regra implica que fabricantes nacionais somente poderão produzir itens derivados de maconha se importarem a matéria-prima semielaborada, e não diretamente da planta ou de parte dela. De acordo com a Anvisa (4/12), os itens não serão considerados medicamentos e sim “produtos derivados de Cannabis” e receberão da agência uma Autorização Sanitária para serem comercializados no Brasil, exclusivamente em farmácias e drogarias. Eles não poderão ser elaborados em farmácias de manipulação. Já a indicação será exclusiva de profissional médico e a dispensação caberá ao farmacêutico. A regulamentação deve ser revista no prazo de três anos.

Segundo a Anvisa, o atual estágio técnico-científico em que se encontram os produtos à base de maconha no mundo não seria suficiente para a sua aprovação como medicamento. A prescrição médica vai depender da concentração de tetra-hidrocanabinol (THC), principal elemento psicoativo encontrado na maconha. O canabidiol (CBD), outro princípio ativo da planta, tem uso eficiente comprovado no tratamento de diversos sintomas, como crises epiléticas, dores neuropáticas, espasmos decorrentes de esclerose múltipla e náuseas relacionadas à quimioterapia, como publicou o G1 (5/12). De acordo com as novas regras, nas formulações com concentração de THC de até 0,2%, o produto deverá ser prescrito por meio de receituário tipo B e renovação de receita a cada 60 dias. Já os produtos com concentração acima de 0,2% só poderão ser prescritos a pacientes terminais ou que tenham

esgotado as alternativas de tratamento, com receita de tipo A e validade de 30 dias.

A aprovação da Anvisa é apenas o primeiro passo na aceitação do uso da Cannabis como medicamento no Brasil, como lembrou Leonardo Navarro, advogado especialista em direito à saúde, em matéria de El País (3/12). Segundo ele, a proibição de cultivo em solo brasileiro obriga o uso da substância importada e vincula a venda à indústria farmacêutica. Leonardo ressalta que o regulamento inviabiliza o trabalho de ONGs que produzem derivados de maconha e buscam facilitar o acesso a esses produtos, que chegam com preço muito alto ao Brasil. Na visão de Emilio Figueiredo, advogado fundador do coletivo Reforma, que milita pela liberação do plantio medicinal, a resolução da Anvisa mantém o uso da Cannabis como algo restrito e excludente, como publicou a Veja (4/12). Segundo ele, o preço é o principal obstáculo para o uso terapêutico da maconha e Emilio não vislumbra uma redução nos valores, já que a comercialização depende do insumo importado.

ENTENDA O QUE PASSA A VALER

* Os “produtos derivados de Cannabis” serão comercializados em farmácias e drogarias, mediante autorização da Anvisa

* Não poderão ser elaborados em farmácias de manipulação

* O cultivo da planta em território nacional continua proibido



DIVULGAÇÃO

BELEZA É DIVERSIDADE

“Cresci em um mundo em que uma mulher com a minha pele, a minha aparência e o meu cabelo não era considerada bonita. Isso acaba hoje. Quero que as crianças enxerguem o reflexo dos seus rostos no meu”, declarou a sul-africana Zozibini Tunzi, ao ser eleita Miss Universo 2019 (8/12). A vitória de Zozibini, que é formada em relações públicas e gerenciamento de imagem pela Universidade de Tecnologia da Península do Cabo, foi comemorada por ativistas em todo mundo. “Agora estamos entrando em um tempo em que finalmente as mulheres como eu podem saber que somos bonitas”, disse a miss durante o concurso.

RAIO X MUNDIAL SOBRE DROGAS

“Já aconteceu de você beber bebida alcoólica e fazer coisas de que se arrependeu depois? Como foi que isso aconteceu? Você usa canabis, óleos ou canabinoides para tratamento de saúde? Tem sido satisfatório? Para quais problemas?” Estas e outras perguntas fazem parte do Levantamento Global de Drogas (GDS 2020), uma pesquisa online sobre uso de drogas lícitas e ilícitas em todo o mundo, “independente e livre da influência de financiamento do governo ou interesses comerciais”, cujo objetivo é criar ferramentas mundiais gratuitas de redução de danos. O questionário, que é anônimo, inclui perguntas sobre as substâncias, autocuidado, vida noturna e também sobre políticas e regulamentações em diferentes cidades e estabelecimentos que afetam o uso de substâncias e os riscos aos quais as pessoas podem estar expostas. A pesquisa pode ser acessada em <https://bit.ly/2RBS2IY>

PEXELS

Cartilha debate a violência

Depoimentos, dados e orientações compõem a “Cartilha de prevenção à violência armada em Manguinhos”, lançada pela Fiocruz em dezembro de 2019. O material é um guia sobre o impacto da violência armada na saúde da população e trabalhadores das comunidades do entorno da sede da instituição, no Rio Janeiro. A cartilha foi elaborada a partir de depoimentos de servidores da instituição, moradores de comunidades, além de trabalhadores da saúde, policiais e integrantes do conselho comunitário. O site G1 (25/11) destacou que cartilha também registra as consequências psíquicas da violência nos agentes de segurança e moradores das comunidades de Manguinhos — como a ocorrência de Transtorno de Estresse Pós-Traumático. O impresso também informa sobre a função do Conselho Tutelar na proteção das comunidades, sobre os direitos dos moradores durante as abordagens da polícia e ainda fornece contatos de utilidade pública. A versão digital do informativo está disponível no site da Fiocruz <https://portal.fiocruz.br>

#ondedoi

Está no ar a plataforma #ondedoi, criada para mapear casos de violência sexual cometidos por profissionais da área médica e para acolher e orientar as vítimas desses casos. A ideia é, a partir de relatos cadastrados por usuários, analisar o número de casos, as regiões do país mais afetadas e as diferentes formas de violência sexual praticadas em hospitais, clínicas e postos de saúde. O objetivo das organizadoras da plataforma, integrantes de uma coalizão de coletivos feministas, é criar uma cartilha ilustrada que possa ajudar a população sobre os seus direitos e evitar que outros pacientes sofram violência, além de oferecer uma rede de apoio, emocional e jurídico às vítimas. “Levantar um volume de informações sobre esses abusos também vai possibilitar exercer pressão sobre o poder público para que tome as providências necessárias e esses crimes sejam investigados, processados e julgados”, explicam na plataforma. Elas salientam que decidiram trabalhar o recorte da violência sexual praticada por médicos, enfermeiros e outros profissionais da área da saúde pelo fato de os casos ocorrerem em um ambiente no qual as vítimas estão ainda mais vulneráveis. “Precisamos entender como esse tipo de violência ocorre para que possamos combatê-lo de todas as formas possíveis”, justificam. Para conhecer, acessar ou cadastrar um depoimento: www.ondedoi.org



Universidades públicas bem avaliadas

Sete em cada dez universidades federais apresentaram as mais altas taxas de desempenho no Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), indicador de qualidade mensurado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC) — número que representa 68% do total das instituições públicas de ensino superior no país, como destacou O Globo (12/12). Entre as universidades que alcançaram nota máxima (5) estão as de São Carlos, Viçosa, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Lavras, além do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto Militar de Engenharia (IME), a Fundação de Ciências da Saúde de Porto Alegre e a do ABC. A classificação no IGC foi calculada a partir da nota dada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) à cada curso de pós-graduação da instituição e a média de cada curso do Conceito Preliminar de Curso (CPC) — formada pelo Conceito Enade, a porcentagem de professores com mestrado ou doutorado, a percepção do estudante e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), que mede a evolução do aluno comparando a nota dele do Enem com a do Enade, como informou O Globo.

Mais líderes indígenas mortos

Três ativistas indígenas foram mortos em apenas um final de semana de dezembro. No Maranhão, dois indígenas Guajajara morreram e outros dois ficaram feridos durante um atentado (7/12); em Manaus, no Amazonas, um ativista da etnia Tuyuca morreu no hospital após cinco dias internado depois de ter sido agredido a pauladas.

De acordo com um levantamento divulgado (9/12) pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de lideranças indígenas mortas em conflitos no campo em 2019 foi o maior em pelo menos 11 anos. Em 2019, foram sete mortes contra duas em 2018.

Segundo Paulo César Moreira, da coordenação nacional da CPT, os números refletem o discurso de “violência institucionalizada” nos conflitos do campo e apontam para um verdadeiro “massacre”. “Nós vivemos um momento em que o Estado é o agente promotor das agressões. Com todo esse momento político que a gente vive, os responsáveis pelas violências decidiram que esses povos indígenas não têm direitos e que têm que ser eliminados”, disse ao jornal O Globo (10/12).

Até o fechamento desta edição, já somava quatro o número de indígenas mortos do Maranhão em pouco mais de um mês.

Psicologia e serviço social nas escolas

O atendimento de psicólogos e profissionais de serviço social a alunos de escola pública está garantido por lei, promulgada pelo governo federal e publicada no Diário Oficial da União (12/12). A notícia vem em boa hora para os Conselhos Federais de Psicologia e Serviço Social que, juntamente com diversas entidades, vinham se mobilizando para garantir o resultado. É que em outubro, o presidente Jair Bolsonaro havia vetado a proposta, alegando inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Mas o Congresso derrubou integralmente o veto (27/11).

Agora, a rede pública de educação básica deverá contar com serviços de profissionais dessas áreas para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais, informou a Agência Senado (12/12). Segundo o texto da nova Lei, quando houver necessidade, os alunos deverão ser atendidos em parceria com profissionais do SUS. Os sistemas de educação terão um ano para tomar as providências necessárias ao cumprimento das disposições.

Das 27 pessoas que morreram por conflitos no campo em 2019 7 eram líderes indígenas

*Dados preliminares da CPT. O balanço final só será feito em abril.





Aids: estigma fortalece HIV

Discriminação ainda faz parte da realidade da maioria das pessoas que vivem com HIV/aids no Brasil, registra o “Índice de estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/aids — Brasil”, realizado pela primeira vez no país e divulgado em dezembro de 2019. A iniciativa, que partiu da parceria de diversas organizações e instituições, resultou em um estudo feito com 1.784 pessoas, em sete capitais brasileiras, entre abril e agosto de 2019.

A maioria das pessoas que vivem com HIV e com AIDS no Brasil já passou por pelo menos alguma situação de discriminação ao longo de suas vidas. É o que indica o estudo. “A discriminação tem se mostrado um dos grandes obstáculos para o início e a adesão ao tratamento, além de ter um impacto negativo nas relações sociais nos âmbitos familiar, comunitário, de trabalho, entre outros”, destacou Cleiton Euzébio de Lima, diretor interino do UnaidS no Brasil (10/12). Confira ao lado alguns dos resultados da pesquisa, cujo sumário pode ser acessado em <https://bit.ly/35u4ICI>

Silêncio perpetua a epidemia

“Por que a aids predomina entre jovens gays negros e pardos?” indagou o infectologista Pedro Campana (Santa Casa de São Paulo), na coluna que escreveu na revista Carta Capital (2/12). A partir de dados recentes divulgados pelo Ministério da Saúde, Pedro destaca aumento expressivo no número de casos na população do sexo masculino (2,3 homens para cada mulher), uma maior concentração entre gays ou homens que fazem sexo com homens (HSH) e entre pardos e negros (60%). “O maior desafio na luta contra o HIV/aids é atingir as populações vulneráveis, que aqui estão representadas pelos gays negros e pardos, além da população trans, invisível aos olhos do Ministério da Saúde”, adverte o especialista. Ele considera que para enfrentarmos a epidemia é preciso ultrapassar “o debate moralista que julga hábitos sexuais, escolhas e existências” e associá-la à desigualdade social. Pedro ainda defendeu a manutenção do SUS, “local onde as políticas de HIV/aids se consolidaram e são exemplo mundial” e advertiu: “O silêncio em torno do HIV e da aids perpetua a epidemia. A autonomia sobre o corpo, aliada a informações técnicas corretas e sem julgamento moral, é o que pode freá-la. O HIV é condição de todos, e não do outro”. Acesse o artigo na íntegra em <https://bit.ly/36yq9wG>

- **64,1%** das pessoas entrevistadas já sofreram alguma forma de estigma ou discriminação pelo fato de viverem com HIV ou com aids
- **46,3%** já foram afetadas por comentários discriminatórios ou especulativos sobre sua condição de saúde
- **41%** dos que foram alvos de comentários relatam que estes foram feitos por membros da própria família.
- **25,3%** sofreram assédio verbal.
- **19,6%** perderam fonte de renda ou emprego por conta de discriminação.
- **6%** relataram ter sido vítimas de agressões físicas.
- **30%** declararam estar desempregados no momento da pesquisa e quase metade enfrentaram, nos últimos 12 meses, dificuldades para atender às necessidades de alimentação, moradia ou vestuário.
- **81%** das pessoas entrevistadas afirmaram que ainda é muito difícil revelar que vivem com HIV.
- **47,9%** informaram ter sido diagnosticados com algum problema de saúde mental nos últimos 12 meses.

Risco é maior entre mais jovens

Chegar às populações vulneráveis e combater o crescimento do estigma em torno das pessoas que vivem com o HIV são os principais desafios para o enfrentamento da aids no Brasil em 2020, advertem especialistas da International Aids Society (IAS). Em seminário online (28/11), Beatriz Grinsztejn, chefe do laboratório de Pesquisa Clínica em DST e aids do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) enfatizou a importância de as políticas públicas se voltarem para as especificidades dos mais jovens — população que, no Brasil, é atualmente a mais atingida pela epidemia: “É preciso trazer estas pessoas para os serviços de saúde, fazer testagens frequentes, oferecer alternativas de prevenção e tratamento precoce”, alertou Beatriz. A pesquisadora recomendou maior atenção para o aumento dos casos de homofobia e transfobia no país, que têm impactado negativamente na procura dos serviços, bem como na adesão dos mais jovens à prevenção, à testagem e ao tratamento.

HIV é problema SOU. NOSSO!

1º DE DEZEMBRO
DIA MUNDIAL DE LUTA
CONTRA A AIDS

Viver com Aids
MANTENHA o PROGRESSO

Foco nos jovens Campanha da ONG Aids Healthcare Foundation (AHF) nas redes sociais foca na comunicação entre os jovens, no dia 1º de dezembro: “Quase metade dos novos casos de HIV no Brasil é na galera com menos de 30 anos. Você não está sozinho”, diz o texto.

Por que o otimismo?

A Anvisa divulgou (10/10) o novo relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para). No total, entre agosto de 2017 e junho de 2018, foram analisadas 4.616 amostras de 14 tipos de legumes, cereais ou frutas encontrados em supermercados. De acordo com os resultados, em 49% das amostras, não foi encontrado nenhum resíduo; em 28% o resíduo estava no limite permitido, e em 23% havia alguma inconformidade. Só 41 amostras (pouco menos de 1% do total) apresentaram potencial de risco agudo. Com o relatório em mãos, a Anvisa afirmou por meio de matéria publicada em seu site (11/12) que “alimentos vegetais são seguros” e ainda que “os resultados não apontaram um potencial risco crônico para o consumidor”.

O excesso de otimismo da agência reguladora foi criticado pela Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, que divulgou nota (12/12) apontando uma lista de preocupações com os resultados. Intitulada “Novo Para: roupa bonita para conteúdo altamente tóxico”, a nota considera que a Anvisa minimizou os resultados graves sobre a condição da comida servida aos brasileiros. Afinal, se 49% das amostras não tinha resíduos, então eles estavam presentes em mais da metade do total, explicitou o boletim do Outra Saúde (12/12). Ou, como acabou resumindo a Folha de S. Paulo (10/10) em sua manchete sobre o assunto: “Uso irregular de agrotóxicos aparece em 1 em cada 4 amostras de alimentos”.



DEPUTADO POR CINCO DIAS

Como foi a rotina em Brasília de um dos 78 estudantes selecionados para participar do programa Parlamento Jovem Brasileiro

ANA CLÁUDIA PERES

Tiago Marques tem 16 anos e uma vontade de mudar o mundo. Tirou o título de eleitor, mas ainda não votou para prefeito, vereador, deputado ou presidente. No entanto, Tiago já foi deputado federal. Não que a legislação brasileira tenha sofrido alteração — a idade mínima para se candidatar a uma cadeira no parlamento continua sendo de 21 anos. O paradoxo pode ser explicado. Ele participou de um programa que anualmente seleciona jovens de escolas públicas e particulares de todo o país para viver a rotina de um parlamentar durante cinco dias em Brasília. Em 2019, Tiago, estudante do segundo ano da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) foi um dos 78 escolhidos. Pediu à mãe que lhe comprasse um terno. E partiu para sua jornada como deputado.

A história começa antes. Quando ouviu falar do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) — programa chancelado pelo Congresso em vigor desde 2010 —, Tiago achou a ideia “maneira”, contou à *Radis* um mês depois de voltar de Brasília. Mas nem de longe imaginou quão transformadora seria a experiência. Para concorrer, precisava elaborar um projeto de lei (PL) cujo tema tivesse relevância nacional. Sem saber bem como fazê-lo, virou noites em claro lendo artigos sobre os desafios da implementação do SUS e da atenção básica e contou com a ajuda de professores e da irmã, advogada, para redigir de próprio punho uma proposta ousada.

O projeto de lei que ele submeteu à seleção estabelecia que qualquer pessoa indicada para cargos de ministro, secretário e gestor de serviços de saúde só poderia exercer a função depois de comprovadas sua aptidão técnica e qualificação para a função. Caberia aos conselhos de saúde a tarefa de sabatar os indicados sempre que necessário. A ideia, ele explicou, surgiu depois de perceber que muitos gestores em saúde parecem ter “caído de paraquedas” no setor. “Qualquer um pode ser gestor, basta ter indicação política, é a velha troca de favores”, disse, inconformado.

O projeto de Tiago foi selecionado entre 252 propostas de todo o país e ele se tornou um dos sete representantes do Rio de Janeiro na mais recente edição do PJB. De acordo com as regras do programa, o número de vagas para deputados jovens por Estado e pelo Distrito Federal é proporcional ao número de deputados federais eleitos.

A maratona estava apenas no início. Antes de seguir para o Congresso, os selecionados passaram por um período preparatório online em que precisaram cumprir uma rotina de exercícios para entender sobre a constitucionalidade dos projetos, análise do mérito e do impacto orçamentário, preparação de relatório e de pareceres. Além de redigir o seu próprio projeto, cada jovem também se tornou o relator de projetos dos colegas e teve de elaborar um parecer favorável ou contrário ao PL analisado. Tiago fez a relatoria de um projeto que instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública nas

Escolas. “Propunha sistema de monitoramento e TV, detector de metal e a presença de profissionais de segurança dentro das escolas”, explicou.

Apesar de o tema da segurança andar de mãos dadas com o da Educação, o estudante não conhecia o suficiente sobre o assunto. “Não sabia os conceitos, não conhecia nenhum teórico ou pesquisador da área”, disse Tiago. “Mas eu sabia que aquela solução proposta só atacava as consequências e não as causas do problema e que o projeto não deveria ser aprovado. A solução está na educação e não em mais violência”. Cercou-se de livros, leu tudo o que pode sobre cultura da paz e não violência. Outra vez, conversou com professores. Precisava estar bem preparado para os embates que aconteceriam durante a jornada parlamentar. Como um bom deputado, teria que batalhar tanto pela aprovação de seu projeto de lei quanto para convencer os nobres colegas a votarem com o seu parecer que rejeitava o PL sobre segurança nas escolas.

DE RIO BONITO A BRASÍLIA

O jovem que cursa Gestão da Saúde na ESPJV nasceu em uma família de classe média em Rio Bonito, cidade de 60 mil habitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro, e mudou-se para Niterói tão logo ingressou no ensino médio. Diariamente, cruzava a ponte para assistir às aulas em Mangueiras. Mais recentemente, com a ajuda da mãe, uma

bióloga, alugou apartamento no Flamengo, bairro da zona Sul, onde agora mora sozinho. Tiago sabe que é um jovem privilegiado, mas considera importante brigar para que as pessoas sintam-se mobilizadas mesmo quando uma causa não lhes atinge mais diretamente, comentou.

Na Poli — como os estudantes chamam carinhosamente a escola da Fiocruz —, juntou-se a outros estudantes na chapa Poliunião, que venceu as últimas eleições para o Grêmio. Como

membro da diretoria, frequenta as reuniões do Conselho Deliberativo e da Câmara Técnica — instâncias que compõem o sistema de gestão participativa da Fiocruz — e, como se não bastasse, coordena o coletivo Política, que tem encontros semanais para discutir adivinhem o quê. Foi na militância que Tiago passou a conviver com muitos jovens que têm histórias de vida muito diferentes da sua. Tem amigos que enfrentam diariamente preconceito pela cor da pele e, nessa viagem a Brasília, por exemplo, conheceu quem tivesse enfrentado o horror do abuso sexual.

Uma carreira política no sentido estrito da palavra ele ainda não tinha pensado em seguir. Prefere o sonho de se formar em Economia. “Economia da Saúde, para ser mais exato”, ressaltou, enquanto planeja disputar uma vaga, dentro de dois anos, na concorrida Universidade de São Paulo (USP). Mas anda suspeitando de que a experiência em Brasília

“A juventude pede o que é seu de volta”

Tiago Marques, em discurso na Câmara dos Deputados

Tiago Marques em atuação no Congresso Nacional e, entre livros, na biblioteca da Escola Politécnica (página ao lado). Abaixo, com os colegas do Parlamento Jovem Brasileiro: um exercício de cidadania



DIVULGAÇÃO

tenha lhe despertado outros desejos. Durante um tour pelas dependências do Planalto, ficou incomodado ao descobrir que a rampa projetada por Oscar Niemeyer para que o povo tivesse acesso às galerias agora tem seu uso limitado a ocasiões especiais. “Tem até uma grade ali. Isso torna a política muito distante do povo”.

PARTICIPAÇÃO E POLARIZAÇÃO

Se a ideia do PJB era simular o cotidiano dos parlamentares eleitos pelo povo, os jovens parlamentares experimentaram um pouco de tudo: da elaboração de pautas à participação de sessões deliberativas em comissões, passando pela análise e votação dos pareceres e projetos de lei até a realização de reuniões partidárias. Já no primeiro dia, os estudantes ocuparam uma sala de comissão situada no Anexo 3 da Câmara, onde deram início à formação dos partidos políticos — era permitido, no máximo, a criação de seis legendas. A maior delas, o Partido da Juventude Protagonista (PJP), tinha mais de 20 integrantes. O de Tiago, com 13 membros, ficou abrigado sob a sigla PAS ou Partido da Aliança Social, cuja plataforma defendia um combo de educação e saúde de qualidade e ainda paz e justiça social, contou Tiago exibindo na tela do celular a logomarca criada por uma das correligionárias em que se via a pomba branca, uma rosa e uma balança.

Por sua trajetória estudantil, Tiago tinha a expectativa de presidir a Comissão de Saúde e Segurança Pública durante o Parlamento Jovem, mas acabou se tornando líder de partido e as funções não podiam ser cumulativas, porque afinal era necessário exercitar a democracia ao máximo. O clima de polarização que assola o país também deu o ar da graça no Parlamento Jovem. “A maioria dos partidos que se formaram era de esquerda. Mas tinha também uma galera bem conservadora que chegava a defender a militarização dos conflitos e até a entrada do Exército em cena”, contou Tiago. Quando começaram as coligações para eleger a Mesa Diretora, as diferenças já não pareciam tão explícitas. “Aí houve gente que juntou os jovens marxistas de movimentos sociais com a galera da direita”.



DIVULGAÇÃO

Ainda não havia acabado a votação para presidente da Câmara, quando Tiago deixou o Salão Negro, onde acontecia a sessão, em direção ao café. Estava ansioso demais para acompanhar os votos cabeça a cabeça. O resultado significava muito para ele. Estava em jogo a eleição da candidata apoiada por seu partido, Maria Antonia Dezidério, uma jovem negra natural de Salvador e integrante do Femina, partido cuja principal bandeira era a defesa do feminismo e com quem ele tinha muitas afinidades ideológicas. Se a jovem ganhasse, significava a vitória do grupo mais progressista, mas também demonstrava que Tiago tinha ido bem no papel de articulador político. Na véspera, ele garantiu ter conquistado pelo menos dois votos de deputados indecisos na base do diálogo. “Mas até o momento da votação não sabia o que ia dar”.

Acabou empatada. Pelo regimento interno da Casa, vence a candidata mais velha, “e ela nasceu antes”, comemorou Tiago durante entrevista à *Radis*. Ele ainda estava fora do salão quando escutou os gritos de “Ela me representa!”. Chorou ao ouvir o discurso improvisado da amiga. “Foi incrível. Ela

falou sobre as desigualdades em nosso país e o fato de só ter 15% de mulheres no Congresso e de como era importante uma mulher negra na presidência”. Segundo Tiago, a chapa concorrente adotou o discurso de que não existe ideologia, algo de que ele discorda. “O outro candidato tinha aquela fala: ‘Não sou de esquerda nem de direita’. Quem fica em cima do muro, não tá com nada”.

Não foi o único momento tenso daquela semana. Como era de se esperar, a discussão sobre a presença de segurança armada nas escolas foi bastante acalorada. Tiago fez a leitura de seu relatório e o clima pesou. Ao final, seu relatório que rejeitava o projeto foi aprovado por apenas um voto de diferença e o PL, arquivado. Já o Projeto de Lei de Tiago que buscava a gestão democrática em cargos comissionados foi aprovado depois de uma série de negociações, o que em sua opinião acabou por deixar o projeto menos interessante.

Entre essas barganhas, foi preciso alterar a redação para torná-lo constitucional, uma vez que a composição de gabinete de governo é de competência exclusiva do Executivo. “Até aí tudo bem, faz parte do exercício. Mas o relator enxugou



EDUARDO DE OLIVEIRA

bastante o projeto. De nove artigos bem detalhados, sobram quatro”, lamentou. Tanto que na hora de anunciar seu voto, fez questão de declarar: “Infelizmente, me sinto obrigado a votar a favor desse relatório porque foi o que foi possível dentro da democracia”. Todos os projetos discutidos e aprovados durante o PJB ficam disponíveis em um banco de dados no Congresso Nacional para consulta dos deputados.

TIAGO, GRETA E O CLIMA

Os jovens parlamentares estiveram em Brasília entre 23 e 27 de setembro do ano passado, uma semana particularmente turbulenta no Distrito Federal. Naqueles dias, o Supremo Tribunal Federal (STF) estava iniciando a votação sobre a prisão depois da condenação em segunda instância (resultado que só seria conhecido dali a quase dois meses) e isso levou manifestantes favoráveis e contrários à disputa até a Praça dos Três Poderes. Nesse mesmo período, Jair

Bolsonaro discursara na Assembleia Geral da ONU, ocasião em que teceu críticas ao cacique Raoni. Isso levou a muitas manifestações no Congresso em defesa do líder indígena.

Ou seja, na capital federal, os ânimos estavam acirrados e isso se fazia sentir também no PJB. Chegara a vez de Tiago subir à tribuna. Nervoso mas decidido, ele mandou o seu recado, dedicando o discurso à Greta Thunberg, a ativista sueca também de 16 anos que durante a Cúpula do Clima chamou a atenção do mundo ao dizer que jovens têm força para pressionar governantes por mudanças. Ao falar corajosamente a 60 líderes de diversas nações do mundo, ela disse que a sua infância e os seus sonhos foram roubados por palavras vazias.

“Greta, peço-lhe desculpas em nome da juventude aqui presente. Esses líderes não nos representam tanto quanto as fake news disseminadas por certos congressistas brasileiros”, começou Tiago. “Basta de palavras vazias. Não se aproximem de nós, jovens, apenas para fazer mídia e sim para dialogar conosco e com as causas da juventude”. Os colegas aplaudiram. Em sua fala de aproximadamente 2 minutos, Tiago ainda teria tempo de dizer: “O planeta pede o que é seu de volta. Essa juventude pede o que é seu de volta. As minorias pedem o que lhes é de direito. Políticos, façam a sua parte porque os jovens já estão fazendo”.

Radis entrevistou Tiago na biblioteca da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Ele vestia uma camiseta com estampa bem diferente do paletó usado em Brasília, mas o entusiasmo e o espírito combativo pareciam os mesmos. Reunido com um grupo de amigos para discutir mais uma questão do grêmio, pediu licença à turma e conduziu a reportagem pelos corredores da escola. Sente-se em casa. Afinal, é na Poli que ele passa a maior parte do tempo, de segunda a sexta, das 8h às 17h. “Minha rotina é muito atribulada. Às vezes, eu sinto que preciso de um tempo só pra mim”.

É quando decide ver séries e ir ao cinema. “Mas aí eu vou ao cinema e vejo o quê? ‘Bacurau’, ‘Coringa’”, diz ele, entre risos, fazendo referência a dois filmes de grande repercussão em cartaz ultimamente — o primeiro deles, uma história de resistência sobre uma comunidade no interior do Nordeste e o outro, uma releitura do inimigo número 1 do Batman, que levanta questões sobre saúde mental (ouça o podcast da *Radis* no nosso site). Na TV, as séries de que mais gosta são “The Handmaid’s Tale” e “Orange is the new black”. Nenhuma delas chega a ser um passatempo leve. Uma descreve uma distopia futurista em que as mulheres são tratadas em uma espécie de escravidão reprodutiva, enquanto a outra, apesar de definida como comédia dramática, trata do sistema carcerário feminino americano. “Mas é isso. Meus amigos são todos assim. Uma vez que você se torna um cidadão consciente, não tem volta”.

Em Brasília, ficou decepcionado ao assistir a uma sessão presidida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. “Fiquei espantado com os deputados em pé, mexendo no celular, usando o tablet, jogando joguinhos eletrônicos, conversando. Como a gente pode estar numa democracia em que as pessoas precisam ser escutadas para chegar a uma saída comum e ninguém se escuta?”

TRACOMA NA ROTA DA ELIMINAÇÃO

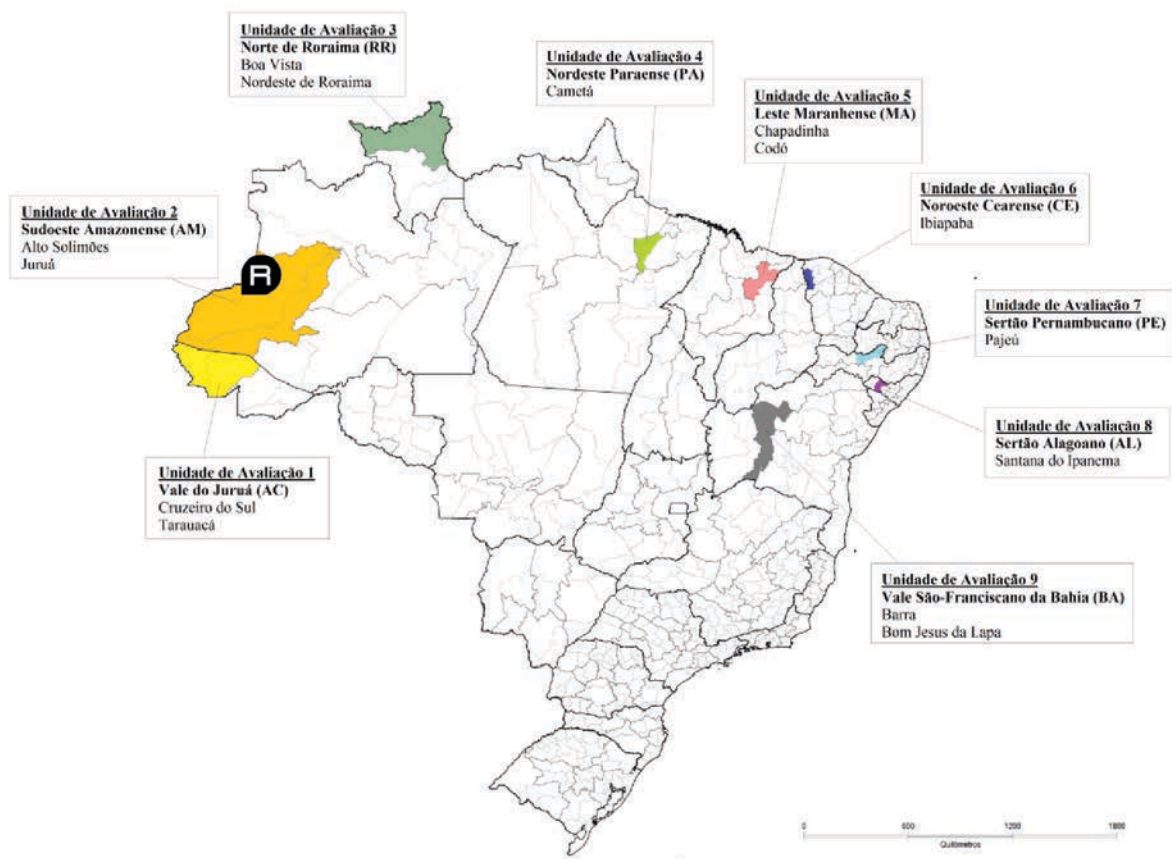
Radis acompanha incursão de pesquisadores à Amazônia para verificar se Brasil eliminou a doença que é a principal causa de cegueira de origem infecciosa

TEXTO E FOTOS **BRUNO DOMINGUEZ**



MANAUS, 16 DE SETEMBRO

As 9 da manhã, a equipe do Inquérito de Prevalência para Validação da Eliminação do Tracoma como Problema de Saúde Pública no Brasil já está pronta para a última capacitação, no prédio verde e branco do Instituto Leônidas & Maria Deane (Fiocruz Amazônia) quase camuflado pelas árvores da rua, em Manaus. São 15 registradores, examinadores e supervisores que terão o desafio de adentrar um pedaço da floresta amazônica, durante cerca de 20 dias, para verificar se o país alcançou a meta estabelecida pela Organização Mundial da Saúde de eliminar essa infecção ocular até 2020. “A Amazônia não é para principiantes”, avisa a pesquisadora da casa, Rita Bacuri, uma das coordenadoras regionais do projeto, que iria acompanhar a equipe no início da expedição por cinco municípios do estado do Amazonas.



Fátima Lopes e um olho com tracoma: foliculos esbranquiçados e cicatrizes



“O tracoma é a principal causa de cegueira de origem infecciosa no mundo, responsável por prejuízos visuais em 1,9 milhões de pessoas, das quais 450 mil apresentam cegueira irreversível”, palestra a coordenadora do inquérito, Célia Landmann Szwarcwald, pesquisadora do Laboratório de Informação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (LIS/Icict/Fiocruz), diante dos profissionais que irão a campo. A maior parte participou de outras etapas da pesquisa em pelo menos um dos oito estados visitados anteriormente — Acre, Roraima, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia. O único novato é o registrador Leandro Gomes, mas mesmo ele já passou por seleção e uma etapa de capacitação no campus da Fiocruz em Manguinhos, no Rio de Janeiro.

É, então, apenas um reforço quando Célia repete que a causa do tracoma é a *Chlamydia trachomatis*, dos sorotipos A, B, Ba e C. Infecções repetidas pela bactéria produzem cicatrizes na conjuntiva palpebral, podendo levar à formação de entropião (pálpebra com a margem virada para dentro do olho) e triquíase (cílios invertidos tocando o olho). As lesões resultantes do atrito do cílio no olho podem gerar alterações na córnea, provocando cegueira. Tal desfecho é plenamente evitável quando há diagnóstico precoce, com a administração de apenas uma dose de antibiótico.

Em 1998, a 51ª Assembleia Mundial da Saúde aprovou resolução para a eliminação global do tracoma causador de cegueira, compromisso reafirmado pelos Estados Membros em 2009 e em 2013. Em 2015, o Grupo Técnico Assessor Estratégico em Doenças Tropicais Negligenciadas da OMS estabeleceu

processos padronizados para confirmar e reconhecer o êxito da erradicação, eliminação da transmissão ou eliminação como problema de saúde pública para o tracoma — assim como para todas as demais doenças tropicais negligenciadas.

Para investigação da situação epidemiológica do tracoma, é preciso realizar inquérito populacional por amostra de domicílios em áreas onde a doença é, supostamente, endêmica (estimativas anteriores de prevalências altas) e em áreas com grande precariedade de condições de saneamento (risco social). Após a realização do inquérito, o país deve preparar um dossiê documentando o cumprimento das metas.

Eliminar o tracoma como problema de saúde pública quer dizer ter prevalência do tracoma inflamatório folicular (TF) em crianças com idade de 1 a 9 anos inferior a 5% e prevalência de triquíase tracomatosa (TT) não conhecida pelo sistema de saúde inferior a 0,2% na população de 15 anos ou mais de idade. “O inquérito abrange, portanto, três dimensões: corrige informações epidemiológicas do passado, previne a cegueira ao tratar crianças com TF e tem o compromisso ético de encaminhar os casos de TT que ainda não eram conhecidos pelo SUS aos serviços de saúde”, observa Célia.

Para a OMS, o tracoma pode ser eliminado como problema de saúde pública por meio da implementação da estratégia Safe (sigla em inglês que corresponde a Surgery, Antibiotics, Facial Cleanliness e Environmental Improvement), que tem como principais componentes a realização de cirurgia para corrigir a triquíase tracomatosa, o tratamento com antibiótico para cura da infecção pela clamídia, a lavagem facial e medidas de melhorias do meio ambiente e de saneamento e acesso à água.

Cabe aos examinadores a tarefa de diagnosticar a doença, por meio de exame clínico. Para isso, eles passaram por dois treinamentos e provas. Uma dos seis brasileiros qualificados pela OMS para serem multiplicadores no país, Maria de Fátima Lopes, consultora técnica da Coordenação Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial (CGZV/Ministério da Saúde) e coordenadora técnica do projeto, ensina que, quando o olho é infectado pela clamídia, a bactéria se desenvolve nas células epiteliais da conjuntiva e produz uma resposta inflamatória visível pela presença de ao menos cinco folículos esbranquiçados e múltiplas cicatrizes vermelhas. Nas fotos do slide de sua aula, as cicatrizes lembram galhos de árvores que, se entrecruzando, formam uma densa floresta.

Uma questão para o diagnóstico da triquíase tracomatosa, segundo Fátima, é diferenciá-la de uma triquíase causada por blefarite, queimadura, trauma ou hanseníase, por exemplo. A ausência de cílios é um sinal importante, pois pode ser decorrente de epilação: “Para evitar o incômodo dos cílios invertidos roçando nos olhos, é comum que as pessoas tirem os cílios com pinça ou outras técnicas”.

Do lado de fora da aula, a floresta dá mostras do seu poder naquela região, com uma chuva amazônica — um temporal repentino a que os manauaras estão acostumados. Não é à toa que, em inglês, a Amazônia e outras matas úmidas tropicais recebem o nome de *rainforests* (florestas da chuva). A umidade é trazida à bacia amazônica por ventos do oceano Atlântico tropical em direção ao continente, o que gera chuva sobre a floresta e correntes aéreas que transportam chuva para o centro-sul, tendo grande impacto na manutenção da temperatura global.

**O TRACOMA É
RESPONSÁVEL POR
PREJUÍZOS VISUAIS EM
1,9 MILHÕES
DE PESSOAS, DAS
QUAIS 450 MIL
APRESENTAM CEGUEIRA
IRREVERSÍVEL**



TABATINGA, 17 DE SETEMBRO

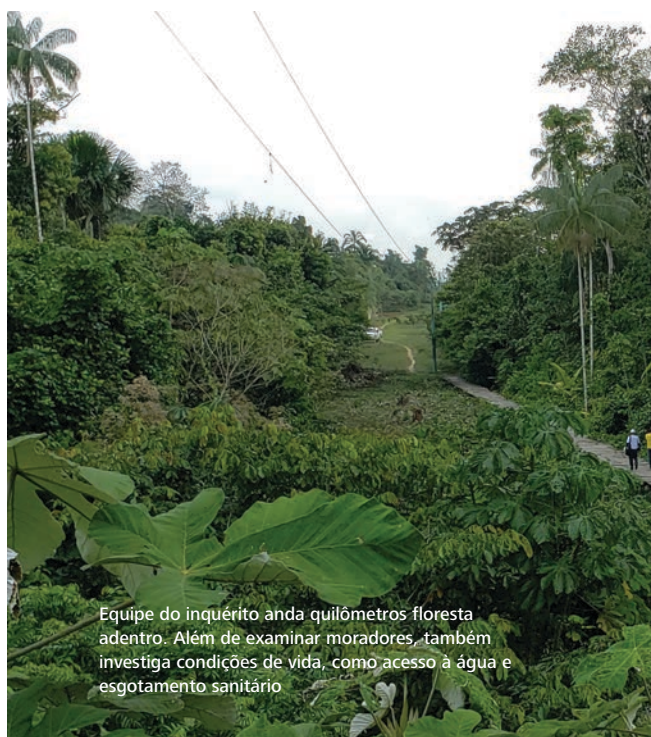
É sob outra chuva que a equipe de campo parte de Manaus para o município de Tabatinga, a primeira parada nessa incursão pelo estado do Amazonas. Durante a maior parte da 1h45 de duração do voo, quase tudo que se vê é árvore e rio. Aqui e ali, fumaça indicando focos de incêndio, mesmo essa região — do Alto Solimões — não sendo uma das mais afetadas pelos incêndios que tomaram conta da floresta no período. Em agosto de 2019, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) alertara que o desmatamento na Amazônia Legal brasileira atingiu 920,4 km² em junho, um aumento de 88% em comparação com o mesmo mês em 2018.

Tabatinga está localizada na tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, com uma população de 65 mil habitantes. “A abrangência geográfica do inquérito corresponde a todas as áreas de risco epidemiológico e social do território nacional para o tracoma, excluindo setores urbanos, aldeias indígenas [que serão pesquisadas separadamente] e áreas com características especiais”, conta Paulo Borges de Souza Júnior, vice-coordenador da pesquisa, também pesquisador do LIS/Icict. As unidades de avaliação, portanto, compreendem setores rurais com população de 100 mil até 250 mil habitantes, anteriormente endêmicas ou que poderiam ser consideradas “silenciosas” — isto é, não notificaram prevalências altas mas seriam supostamente endêmicas devido ao risco social.

“O tracoma é uma doença que se espalhou por muito tempo no Brasil, acometendo majoritariamente as populações em desvantagem social que viviam em precárias condições de saneamento”, lembra Fátima. O Vale do Cariri, no Nordeste, foi o primeiro foco — possivelmente resultante da deportação dos ciganos de Portugal no século 18. Depois, apareceu em São Paulo e no Rio Grande do Sul, com a entrada de imigrantes de países europeus endêmicos e asiáticos, no fim do século 19 e início do século 20. Correntes migratórias internas trataram de disseminar a doença pelo país, constituindo focos secundários em novas áreas, principalmente em todo o Nordeste e no Vale do São Francisco.

O modelo de atenção para o controle do tracoma, desenvolvido pelo governo federal, teve início em 1923 e se manteve até 1998. Segundo a pesquisadora, desde a década de 1970 as atividades de vigilância já vinham sofrendo um decréscimo. “Neste período, o tracoma foi considerado erradicado no estado de São Paulo, por apresentar uma prevalência residual de 0,61%. O problema é que essa informação foi generalizada para todo o país e a doença perdeu assim a importância para os serviços de saúde, apesar de existirem estados com alta prevalência (de até 26%)”, comenta.

Do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/Ministério da Saúde), consta que quase 4 milhões de brasileiros foram examinados para tracoma entre 2008 e 2016, nos quais foram identificados 149.752 casos em 967 municípios. O percentual médio de positividade de tracoma, no período, foi de 3,8% — com variações médias entre 2,2% e 4,9%.



Equipe do inquérito anda quilômetros floresta adentro. Além de examinar moradores, também investiga condições de vida, como acesso à água e esgotamento sanitário





TABATINGA, 18 DE SETEMBRO

“Estamos procurando Deus é bom”, grita o motorista Micael da camionete que leva seis pessoas da equipe do inquérito na cabine coberta e mais cinco na aberta. “Aqui é Novo Horizonte”, responde o casal em cima da moto, que não sabe dizer se o caminho é seguindo essa estrada de lama. Ou melhor, estrada de terra, porque segundo o casal da moto “isso aqui não é lama não; lama é pra lá”. Já faz uma hora que o carro roda em torno de um lixão — entrando e saindo de “galhos”, como chamam as bifurcações. Algumas pessoas ficam desconfiadas com a pergunta, o que o agente de endemias Jânio Ramires explica que estamos em uma rota usada pelo narcotráfico.

Um registrador e um examinador já descem em um outro projeto de assentamento e começam a trabalhar. Em cada uma das unidades de avaliação, foram selecionadas 30 localidades; e, dentro delas, cada dupla precisa pesquisar 30 domicílios. Passa das 10 horas quando finalmente alguém confirma que ali Deus é bom.

“Ô de casa”, grita Leandro, em sua estreia. “Somos da saúde!” Os primeiros entrevistados moram em um pequeno sítio com três casas de madeira. Todos são colombianos e falam somente espanhol. Depois de instalados no quintal pelo qual correm galinhas e patos, ele e o examinador Caetano Pugas explicam — misturando as línguas — o que vieram fazer por essas bandas. Ambos estão com a camiseta do projeto, em que se lê “Inquérito nacional de tracoma” sobre o desenho de um olho com a pálpebra superior pintada de verde e amarelo, crachá e boné. “Tem criança?”, pergunta Leandro. “Crianças não, nem velhos, só maduros”, responde rindo o dono do sítio, que tem em torno de 60 anos [segundo normas do Comitê de Ética em Pesquisa, nenhum dos entrevistados pode ter sua identidade revelada].

Os moradores assinam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caetano higieniza as mãos com um spray de álcool 70% antes de começar o exame. Com uma lupa ocular que aumenta a visão em mais de duas vezes e uma pequena lanterna, observa cada olho procurando cílios invertidos ou epilados. Vira a pálpebra superior para verificar se há folicúlos ou cicatrizes, em um movimento que causa certo desconforto ao examinado. Ao final, avisa que “está tudo normal”.

O rito se repete na casa seguinte, que está sendo construída sobre estacas de madeira não porque corre água em baixo, mas “por causa da onça-pintada”. Em outra, há uma aranha caranguejeira (morta) ao fim da escada. São alguns sinais de que estamos, mesmo, no meio da maior floresta tropical do mundo — apesar de a paisagem ainda não ser de mata fechada e parecer uma área rural de qualquer outro lugar. A estrada acaba. Onde o carro não vai, as pernas levam: a equipe atravessa uma ponte de madeira sobre um pequeno rio. Então, a vegetação passa a se adensar; o calor também aumenta; as casas se distanciam cada vez mais.

Até o último domicílio visitado, são cerca de 4 km a pé. Verdes de todos os tons. Igarapé. Não há tempo para parar e observar os pássaros, mas a diversidade de cantos dá um indício da quantidade de aves que aqui habitam. Na casa de madeira de um cômodo, o único móvel é um banco. Há um colchão, uma geladeira, um fogão e um rádio. Os moradores são um casal de colombianos, com filhos pequenos, que avisam que não têm mais vizinho para lá; tudo é mata. Atrás, somente árvores centenárias, de troncos largos. A mais alta se destaca das demais, aparentando ter ao menos 15 metros de altura. “Ninguém aqui tem tracoma”, atesta Caetano.



TABATINGA, 19 DE SETEMBRO

O dia em Tabatinga começa mais tarde do que em quase a totalidade do Brasil. Em 1913, um decreto instituiu os fusos horários no Brasil: Acre e alguns municípios do Amazonas (Tabatinga incluído) estavam duas horas atrás de Brasília. Uma lei que chegou a alterar o fuso para menos uma hora, alegando prejuízo econômico e cultural, foi revertida em 2013.

Cobertos por uniforme, protetor solar e repelente, a registradora Eri Monteiro e o examinador Vicente de Souza partem para a localidade de Novo Horizonte para completar os 30 domicílios que precisam ser visitados no setor — no dia anterior somaram 17, prejudicados pela demora para encontrar as comunidades.

O supervisor da equipe de campo, Arthur Pate Ferreira, esteve em Pernambuco, Roraima, Maranhão, Acre e Bahia — parte como supervisor, parte como registrador. Do Maranhão, guarda a lembrança de melhor estrutura e apoio logístico do estado para trabalhar, por um lado, e das piores condições de vida que presenciou, por outro. “Vimos pessoas sem absolutamente nada além de farinha para comer”, conta. “Quase a totalidade vivia em casas de pau a pique, de apenas um cômodo, sem nenhuma estrutura de banheiro e com difícil acesso à água”.

Além de examinar as famílias quanto à presença de tracoma, o inquérito coleta dados sobre a situação

de saneamento dos domicílios, aplicando um questionário proposto pela OMS adaptado à realidade brasileira. A registradora Eri pergunta a um casal de idosos se a casa em que moram tem acesso à água, onde essa água é armazenada, se há uma estação de seca, seguindo as perguntas que aparecem na tela de um smartphone. Pede para ver o banheiro, que é fora da estrutura principal: uma “casinha” com um buraco no chão circundado por paredes de madeira e telha de amianto. Preenche no aplicativo que não tem sabão para lavar as mãos.

O tracoma está relacionado com precárias condições socioeconômicas, especialmente de esgotamento sanitário e acesso à água. Em países desenvolvidos, o controle da doença foi alcançado com melhoria das condições de vida e saneamento básico. As medidas de prevenção do tracoma são basicamente de higiene pessoal — lavar o rosto e as mãos, não compartilhar toalhas e lençóis. “No Brasil, temos tanto crianças que lavam os olhos com xampu de PH neutro quanto crianças que nem sequer têm água para tomar banho”, compara Célia.

Eri também pergunta sobre acesso à saúde: quantas visitas receberam de um agente comunitário nos últimos 12 meses? “Nenhuma, minha filha. Aqui nunca veio ninguém. Vocês são os primeiros da saúde



O examinador Vicente e a registradora Eri: sem medir esforços para cumprir a metodologia recomendada pela OMS

que vêm aqui”, ouve da dona da casa, que não esconde a emoção diante da visita. “Somos só nós dois. Criamos 10 filhos que estão para o lado de Tabatinga e de São Paulo de Olivença. A gente come o que planta e o que a gente troca. Não temos ajuda de ninguém”. Ela agradece repetidas vezes a passagem da equipe. Diz que ofereceria um almoço, se soubesse antes que viriam, mas agora já botou pouca comida na única panela que está sobre o fogão à lenha.

A dupla já rodou por toda Novo Horizonte e ainda precisa de três casas para considerar o setor concluído. Bate palmas de novo diante de todo portão que não abriu; pergunta para os vizinhos; procura de um lado e de outro. Nada. Eri vê um estreito caminho do qual não se enxerga o final e decide que vai caminhar por ele, apesar de parecer daqui que por ao menos um quilômetro não há sinal de vida. A registradora é conhecida na equipe por ter energia e humor mesmo nas situações mais adversas. O prêmio: ao final da estrada, encontra exatamente três casas em uma área desmatada que tudo indica servir para extração de madeira. Vicente examina cerca de 10 pessoas; nenhuma com tracoma.

Eri esteve em Pernambuco, Pará, Maranhão e Roraima, onde se chocou com as condições de vida dos imigrantes venezuelanos: “Era uma multidão de gente, 200 homens, mulheres e crianças, na porta da igreja para receber um copo de café e um pão”. Ela trabalhou em censos do IBGE e em outras pesquisas da Fiocruz. “Gosto do contato com as pessoas: ouvir, levar um pouco de alegria. Sempre aprendo muito no campo”, comenta a registradora, que diz manter contato com agentes de saúde e moradores de todos os lugares pelos quais passou. A maior dificuldade? “Ficar longe dos meus filhos, das minhas netas e do meu namorado por 20 dias. Tem hora que o coração aperta muito”.



TABATINGA, 21 DE SETEMBRO

“**V**iu? Quando tem trovão é porque vai chover mesmo”, indica o agente de saúde Sérgio de Souza dentro do carro em que a equipe do inquérito espera a chuva passar para começar o trabalho. Assim como a chuva, os raios aqui também parecem ser mais fortes: o estrondo de um faz todos os passageiros gritarem acreditando terem sido atingidos. É sábado, mas não há dias para descanso quando se precisa terminar o trabalho no prazo estabelecido.

Estamos no Xingu, onde foram encontrados dois casos positivos de tracoma no dia anterior. A equipe volta para examinar uma pessoa da família que estava fora no momento da visita. “Era nossa nona casa no setor. Quando avistei uma das crianças, de longe mesmo, já identifiquei a inflamação e avisei ao registrador”, conta o examinador Francisco Canindé. “Quando virei a pálpebra: tracoma”.

São dois meninos, um de 3 anos de idade e um de 7, que moram em uma casa feita com retalhos de madeira e zinco logo acima de um córrego cercado de lixo, onde a mãe deles lava as roupas. Não há esgoto, nem água encanada. A família armazena água da chuva para consumo em baldes; quando não chove, busca no poço de um vizinho. Ninguém por ali tinha ouvido falar em tracoma ou percebido que havia algo de errado nos olhos das crianças, diz o registrador Júlio Sanches, que teve o apoio do agente comunitário para se comunicar em espanhol. Infecções subsequentes sem tratamento poderiam levar à cegueira dos dois na vida adulta.

“Temos o compromisso ético de tratar os casos encontrados”, ressalta Célia. Em cada caso de tracoma inflamatório folicular detectado, a equipe oferece o tratamento imediatamente: uma dose de azitromicina. Todos os moradores, mesmo os sem tracoma, recebem o medicamento fornecido pelo Ministério da Saúde: as crianças abaixo de 45kg, 20mg/kg de peso de azitromicina suspensão oral de 600 mg; as crianças acima de 45kg e os adultos, 1g em comprimido. A recomendação é não tomar em jejum, mas Júlio notou escassez de alimento na casa. Foi preciso ir ao mercado comprar achocolatado para as crianças antes de medicá-las.

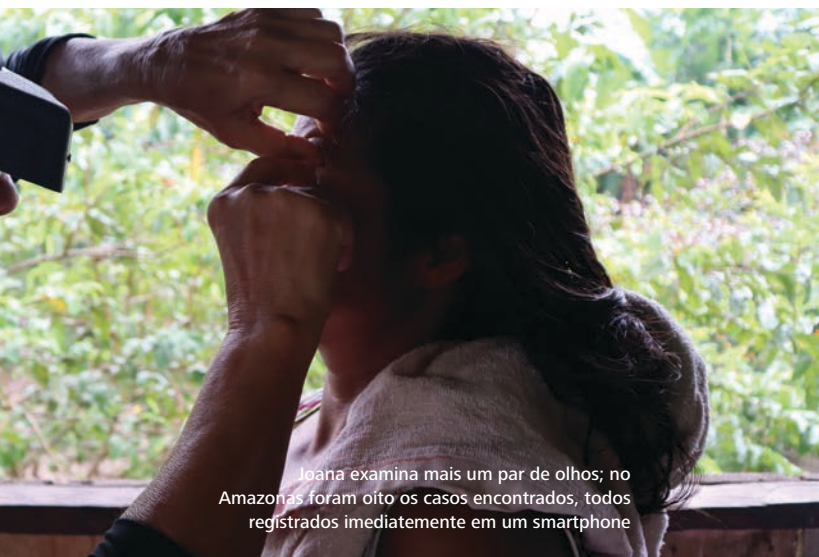
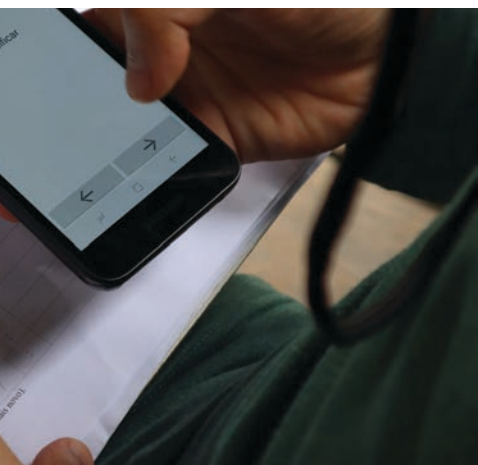
“A clamídia está nessa rua”, alerta a supervisora Joana Favacho. O que ela quer dizer é que é incomum a ocorrência de casos isolados da doença. “As crianças vão para a escola e brincam juntas; assim, a bactéria se espalha, o que propicia a contínua reinfecção”. A transmissão se dá por meio de secreção ocular em contato direto ou indireto (toalhas, lençóis, fronhas). A equipe segue ciente de que na vizinhança encontrará mais casos. A uma quadra dali, Joana diagnostica tracoma em mais duas crianças. Três casas depois, em um idoso — a suspeita é de que a bactéria tenha chegado a ele pela neta pequena.

Tabatinga faz fronteira com a cidade colombiana de Leticia; ou talvez seja mais apropriado dizer que se confunde com Leticia. Para entrar no bairro do Xingu, é preciso primeiro seguir de carro até a Colômbia e depois voltar para o Brasil. Não há nenhum controle de circulação, apenas uma cancela que está sempre levantada.

Na rua a que chegamos, as casas de um lado estão na Colômbia; de outro, no Brasil. “Os colombianos pedem para ser cadastrados na Estratégia Saúde da Família, porque veem os vizinhos de frente recebendo as visitas da equipe, mas não é permitido”, conta o agente Sérgio. Nessa fronteira fluida, as crianças estudam nas escolas de Leticia — “porque a educação lá é melhor” — e os adultos se cuidam nas unidades básicas de Tabatinga — “porque a saúde daqui é melhor”, segundo outro agente da área, Edgar Eduardo.



**META DA OMS PARA
TF EM CRIANÇAS DE
1 A 9 ANOS:
PREVALÊNCIA
INFERIOR A
5%**



Joana examina mais um par de olhos; no Amazonas foram oito os casos encontrados, todos registrados imediatamente em um smartphone

RIO DE JANEIRO, 18 DE NOVEMBRO

De Tabatinga, a equipe do inquérito ainda seguiu para os municípios amazonenses de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Iça e Tonantins. E voltou ao Pará em outubro para completar um número de casas que ficaram faltando. Na soma dos nove estados visitados, a equipe entrevistou moradores de 8.555 domicílios.


O primeiro resultado: o Brasil atingiu a meta estabelecida pela OMS para prevalência do tracoma inflamatório folicular em crianças com idade de 1 a 9 anos, que deveria ser inferior a 5%. “O país está muito abaixo do limite

crítico, com um índice de 0,5%”, anuncia Célia à *Radis*. Foram 29 casos detectados entre 5.984 crianças examinadas. O Pará teve o maior número, nove, ainda assim com uma prevalência de 0,96%. Amazonas teve oito; Roraima, cinco; Ceará, três; Pernambuco, dois; Maranhão, um; Bahia, um. No Acre e em Alagoas nenhuma criança foi diagnosticada com TF.

Quanto à prevalência de triquíase tracomatosa não conhecida pelo sistema de saúde na população de 15 anos ou mais de idade, que deveria ser inferior a 0,2%, o inquérito identificou problemas no Ceará, que teve índice de 0,22%. Dos 10 casos de TT detectados no estado, sete não eram conhecidos pelo sistema de saúde. “Ser de conhecimento do sistema significa que já foram ofertados diagnóstico e tratamento (cirurgia ou epilação). Quando o caso não é conhecido, a tendência

é a pessoa ficar cega”, explica a coordenadora da pesquisa. “O Ceará tinha muitos casos de tracoma na infância até 50 anos atrás; com o crescimento da expectativa de vida e a diminuição da mortalidade infantil, evoluíram para a triquíase tracomatosa”, comenta Célia.

Na média nacional, em uma amostra de 21.574 maiores de 15 anos, a prevalência de TT desconhecido do sistema de saúde ficou em 0,06%. Acre, Amazonas, Alagoas, Maranhão e Pará não tiveram casos desconhecidos pelo sistema; Bahia teve dois, Pernambuco, dois, Roraima, um. Todos foram notificados às secretarias de Saúde: quando há diagnóstico de TT, o caso deixa de ser sigiloso, justamente para que a pessoa possa ser encaminhada à cirurgia.

“O Brasil está no caminho da eliminação. Eliminando o tracoma entre crianças, significa que no futuro não haverá triquíase tracomatosa. É preciso, agora, incentivar a vigilância dos casos remanescentes para evitar a cegueira”, recomenda Célia. Eliminar, ressalva ela, não quer dizer não registrar mais casos, e sim ter um percentual baixo, inferior ao limite crítico de 5%, que impede a doença de se disseminar. Para a conclusão do inquérito, falta pesquisar áreas indígenas — o que deve acontecer nos próximos meses. 

BRASIL
PREVALÊNCIA DE
0,5%

A CIÊNCIA

NÃO É SÓ DOS H

Documentários discutem presença das mulheres no mundo da ciência e mostram mecanismos sutis que atrapalham a chegada delas ao topo das carreiras

MONIQUI FRAZÃO*

Historicamente, o campo científico foi ocupado por homens. Aos poucos a diversidade na academia cresceu, mas com desigualdades: mulheres e pessoas negras ainda enfrentam dificuldade para desenvolverem suas carreiras científicas. Os minidocumentários “Fator F” (2018) e “Potência N” (2018), de Maria Lutterbach, disponíveis no catálogo da VideoSaúde Distribuidora, discutem o assunto a partir de falas daquelas que mais sofrem com essas desigualdades: as cientistas mães e as cientistas negras.

Ambas as produções são do selo DOC.GN, criado pela organização de mídia independente Gênero e Número (GN), dedicada ao jornalismo de dados e que tem produção especializada em gênero e raça, com apoio do Instituto Serrapilheira, instituição privada e sem fins lucrativos que financia projetos de pesquisa e de divulgação científica. O selo foi lançado oficialmente em 2019, apesar dos dois primeiros conteúdos — os dois minidocumentários — terem sido lançados em 2018. A ideia era produzir conteúdo de impacto, unindo o jornalismo ao audiovisual, documentando e registrando narrativas de vozes invisibilizadas e também dando suporte às reportagens que a Gênero e Número já realiza. Maria Lutterbach, jornalista e cofundadora da Gênero e Número, assina a direção e a montagem de ambos os vídeos.

“Fator F” (2018) discute as dificuldades de conciliar a maternidade — o “Fator Filho, Filha e Filhos” — e a carreira científica frente aos conflitos estruturais do mundo da ciência. Pais, mães e especialistas apresentam suas visões sobre a maternidade e a paternidade. São debatidos ainda os

problemas das regras de avaliação das agências de fomento à pesquisa no país, a sobrecarga que as mulheres têm por ficarem encarregadas do cuidado e por não contarem com políticas que considerem a maternidade na carreira científica, inclusive em editais de financiamento de pesquisa, além da falta de creches para estudantes e pesquisadoras.

A queda na produtividade após o nascimento dos filhos é central no debate do filme, já que, somada às regras das agências de fomento à pesquisa, coloca as recém-mães em situação desfavorável na competição com seus colegas — homens e mulheres que não tiveram filhos. O impacto dessa queda em uma fase importante de produção faz com que muitas tenham dificuldades de seguirem com suas carreiras.

O documentário utiliza também informações do projeto “Parent in Science” (*Radis* 198), criado para suprir a falta de dados então disponíveis que pudessem justificar a criação de políticas de apoio às cientistas recém-mães. Realizado em 2017, o estudo entrevistou 1182 cientistas buscando entender os impactos da maternidade na carreira científica no país e tenta traçar o perfil das pesquisadoras que são mães, em uma área que tem características particulares. Os resultados preliminares da pesquisa foram apresentados no 1º Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, em 2018.

Além de apontar para as dificuldades vividas pelas mulheres, “Fator F” apresenta, ainda, saídas possíveis para o equilíbrio entre maternidade e carreira, como experiências que levam em consideração a maternidade na análise da carreira da cientista, o apoio de colegas, a presença de creches nos

A close-up portrait of a woman with voluminous, curly brown hair. She is wearing a blue fabric headwrap tied in a knot at the top. She has dark-rimmed glasses and is looking directly at the camera with a slight smile. She is wearing a blue top with thin straps. The background is a plain, light-colored wall.

HOMENS

Manuela Souza, professora da Universidade Federal da Bahia, é uma das entrevistadas no documentário "Potência N".

Fundadora e coordenadora do projeto Parent In Science, Fernanda Staniscuaski iniciou o projeto com o objetivo de traçar o perfil das cientistas recém-mães.



REPRODUÇÃO

ambientes de trabalho e a participação dos homens na criação dos filhos. Na obra, Fernanda Staniscuaski, coordenadora do “Parent in Science”, conta que, após ser mãe, começou a se sentir deslocada no seu meio, por não ver pessoas conversando sobre a questão — um dos motivos que a levou a criar o projeto.

Destacam-se em “Fator F” depoimentos que expõem as consequências da excessiva responsabilidade atribuída à mãe e do cenário competitivo atual da academia. Além disso, o filme explora também como a falta de apoio atrapalha o prosseguimento das carreiras de mães cientistas — como as dificuldades em ir a congressos e a campo — a necessidade de fazer com que os pais entrem não só na discussão dos problemas enfrentados por essa estrutura, mas também no engajamento para causar mudanças efetivas no cenário.

NEGRAS NA ACADEMIA

“Potência N” (2018), também de Lutterbach, traz o recorte de raça e gênero ao campo da pesquisa matemática, discutindo a sub-representatividade de mulheres negras nessa área do conhecimento — historicamente dominada por homens brancos — e o racismo estrutural da academia. A obra expõe as dificuldades específicas enfrentadas por mulheres negras no desenvolvimento e manutenção de suas pesquisas, a comparação entre docentes negras em relação às docentes brancas e a importância da representatividade no meio acadêmico como referência a outras mulheres e meninas — incentivando, com isso, o ingresso na carreira.

A relevância das políticas de permanência de negros e negras na academia e a necessidade de diversidade no meio da ciência também são ressaltadas nas falas em “Potência N”, assim como a falta de mulheres negras em lugares de poder, como na docência da pós-graduação. As dificuldades impostas pela questão racial às mulheres negras são expostas no

minidocumentário por meio de números, como os revelados pelo Censo da Educação Superior do INEP e apresentados no documentário, que registram que mulheres brancas acessam cerca de 30% a mais das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em relação às negras.

“Potência N” — Potência Negra — evidencia, por meio de vozes de pesquisadoras da área, as dificuldades encontradas na academia, dentre elas a falta de referencial de outras mulheres negras e a necessidade de se discutir, dentro do ambiente acadêmico da matemática, a questão da mulher e a questão racial, o que inclui a representatividade em palestras, organização de eventos e posições de poder, como em reitorias. Os dados trazidos para o documentário dialogam com a realidade visível do ambiente no qual as profissionais atuam.

Entre as histórias apresentadas no vídeo está a de Manuela Souza, doutora e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em uma de suas falas, Manuela expressa seu ponto de vista sobre a estrutura da sociedade, segundo ela, machista e racista: “Eu estou na base da pirâmide, eu sou uma mulher negra, então, além da questão de gênero tem o recorte de raça também”, conta. A produção traz ainda os relatos de Evandro dos Santos, diretor do Instituto de Matemática da UFBA, que destaca a importância de “pequenos faróis” que possam guiar meninas para uma carreira profissional na ciência, e de Carolina Araujo, pesquisadora do Instituto de Matemática Pura e Aplicada e coorganizadora do World Meeting for Women in Mathematics (WM)² 2018, evento satélite do Congresso Internacional de Matemáticos (ICM 2018, na sigla em inglês) daquele ano. Carolina expõe em sua fala a baixa presença de mulheres em eventos importantes na área da matemática, a importância da diversidade para o desenvolvimento de pesquisas na ciência e as dificuldades multiplicadas que as pesquisadoras negras enfrentam para ascender na carreira em relação às mulheres em geral.

Apesar dos temas diferentes, “Fator F” e “Potência N” têm em comum o alerta sobre as consequências da desigualdade de gênero na academia, a ausência de mulheres em locais de poder no meio científico e a importância de políticas públicas que atendam às especificidades e as demandas dos diversos grupos sociais presentes no mundo acadêmico, promovendo, assim, maior diversidade e equidade, tornando possível ver mulheres no topo das carreiras, como por exemplo, na docência, na liderança na pesquisa científica e nas bolsas de produtividade. Retratam, com isso, o problema estrutural de uma academia moldada sem pensar na diversidade, cujos mecanismos de exclusão, discretos, mas poderosos, dificultam os caminhos das cientistas recém-mães e das cientistas negras. Trazer os grupos privilegiados para o debate é fundamental, apontam os filmes.

GÊNERO E CIÊNCIA

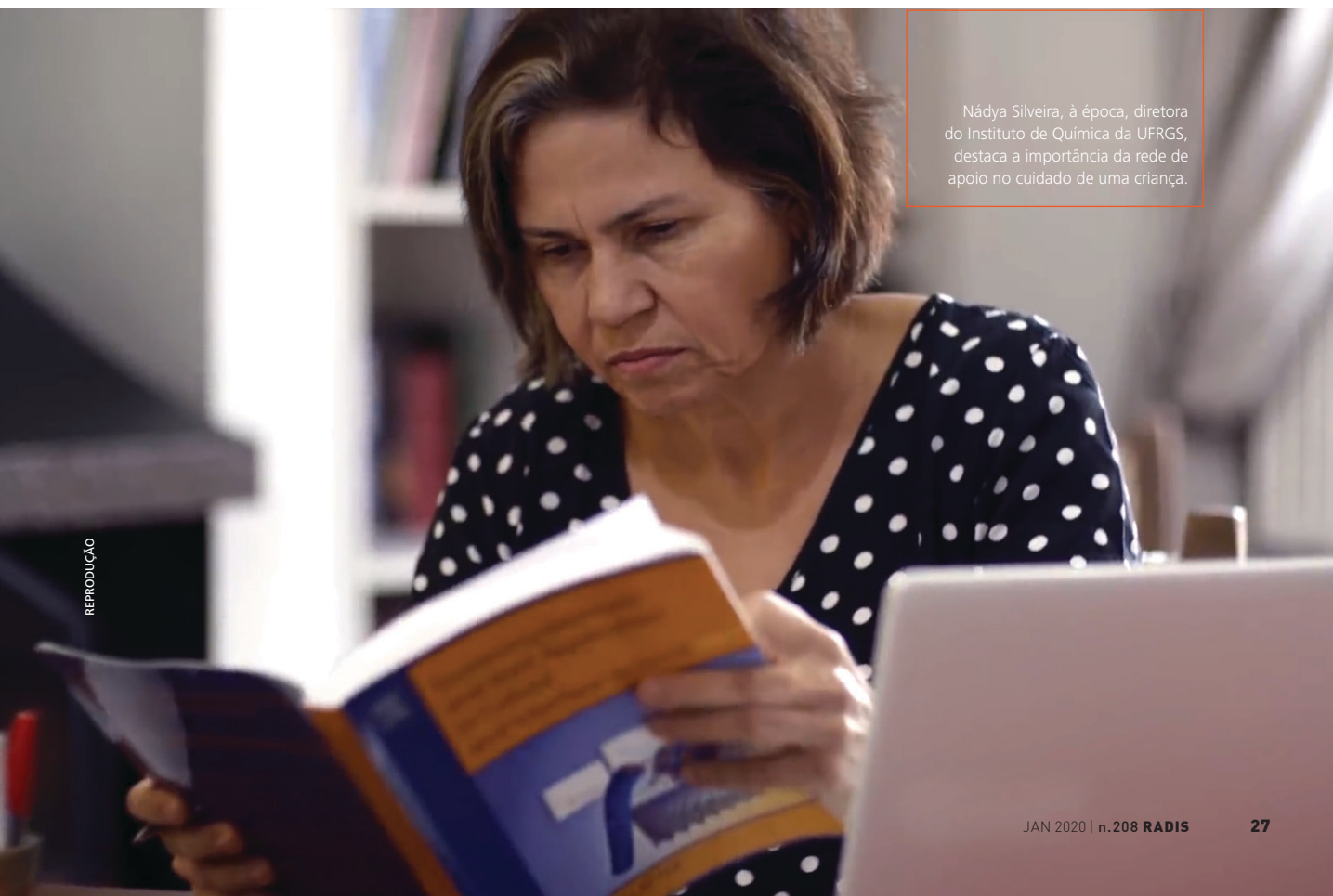
A interseção entre gênero e ciência é um tema que os integrantes da organização de mídia Gênero e Número já investigam desde que lançaram o especial “Mulheres na Ciência”, em junho de 2018. As reportagens revelam dados da desigualdade, como: elas são minoria (36%) em relação às bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), a modalidade mais alta de apoio do CNPq, embora sejam a maioria na graduação, na iniciação científica e no mestrado, segundo o infográfico produzido pela GN, em 2018, com os dados do CNPq, Inep e do “Parent in Science”; nas ciências exatas, mais de 90% das bolsas de Produtividade em Pesquisa são destinadas aos homens, segundo dados

do CNPq divulgados pela reportagem da GN, em 2018. Os dados apresentados nos minidocumentários também foram aproveitados do levantamento feito para o especial. Em “Fator F” são utilizados dados da pesquisa “Parent in Science” e em “Potência N”, dados extraídos do Censo da Educação Superior.

Os vídeos cumprem o papel de difundir os debates em torno das questões de gênero, em especial com ênfase no tema da ciência, utilizando a estratégia do audiovisual. “Falar de dados, de informação científica para um público amplo não é uma tarefa fácil e os vídeos podem ser grandes aliados nessa missão”, declarou a diretora em um evento de exibição e debate dos filmes promovido pelo Núcleo de Estudos de Audiovisual e Saúde (Neavs/VideoSaude), em parceria com o Comitê Fiocruz Pró-Equidade de Raça e Gênero, Programa Mulheres e Meninas na Ciência Fiocruz e INCT-CPCT, em outubro de 2019, na Fiocruz (RJ).

O selo DOC.GN já tem dois novos trabalhos, também minidocumentários: “Não Consentida”, lançado em novembro de 2019, que debate o tema da exposição não consentida de imagens íntimas na internet, e um outro projeto que pretende discutir questões relacionadas à vida das mulheres indígenas e de nome ainda não divulgado. Outra iniciativa da GN, o Cineclube Causa, promove exibições gratuitas das produções do DOC.GN e de filmes convidados, seguidas de debates. As exibições ocorrem em universidades, escolas, centros culturais e instituições, em todo o país.

■ *Estágio supervisionado



Nádyá Silveira, à época, diretora do Instituto de Química da UFRGS, destaca a importância da rede de apoio no cuidado de uma criança.

INICIATIVAS APOIAM MULHERES

A baixa representatividade feminina nas ciências é um fenômeno global, como mostrou reportagem da *Radis* em março de 2019. A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta a baixa presença de mulheres em todas as idades, nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia, matemática e desenho industrial (O Globo, 08/03/2019). Hoje, a Unesco estima que menos de 30% dos pesquisadores nas ciências exatas sejam mulheres em todo o mundo (Ponte Jornalismo, 12/02/2019), o que consideram motivo de alerta, já que as habilidades em ciência, tecnologia, engenharia e matemática serão fundamentais nas econo-


na avaliação da produtividade das pesquisadoras e pesquisadores, mudança que veio após o pedido assinado por cientistas mulheres. Aos poucos, editais começam a incluir questões específicas que atendam às necessidades das mães, gerando equidade na competição entre elas e seus colegas de trabalho nos editais.

Também em 2019, a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (Faperj) incluiu em seus editais Cientistas do Nosso Estado (CNE) e Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) a extensão de um ano no período de avaliação da produtividade científica em caso de maternidade por nascimento ou adoção de crianças nos últimos cinco anos (de 2014 a 2018) e no último foi adicionado um ano a mais no tempo de contabilização.

As alunas das universidades também sofrem com a falta de apoio à permanência de mães no ambiente universitário e sentem os efeitos da ausência de recursos. Dentro desses ambientes, mães formam coletivos de apoio e discussão sobre as demandas delas no ambiente universitário, como já acontece em universidades como a UFF e a UFRJ.

Desde 2012, a lei 12.771/2012, assegura a reserva de 50% das vagas das universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia por curso e turno para cotas, destinadas a alunos egressos de escolas públicas, alunos com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e a alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Para aproximar meninas da ciência, o “Investiga Menina!”, coordenado por Anna Maria Canavarro Benite, professora de química da Universidade Federal de Goiás (UFG), busca incentivar o interesse de crianças e jovens negras pela área e carreira das ciências exatas por meio de intervenções pedagógicas, vivências culturais, ações coletivas, e da aproximação entre cientistas negras e alunas de escolas públicas. O projeto tem por objetivo desmistificar a ciência através de exemplos do cotidiano das meninas e jovens.

Zélia Ludwig, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e seu projeto “Para todas as meninas na ciência” levam a escolas e ONGs palestras e oficinas que proporcionem o primeiro contato com as experiências científicas, com o objetivo principal de incentivar a curiosidade das crianças e impedir que as meninas percam o interesse pelas ciências. 



mias marcadas pela automatização e criação de empregos que exijam alta qualificação. Relatório de 2017 da Elsevier, empresa holandesa de consultoria e informações analíticas, já demonstrava o desequilíbrio entre homens e mulheres por área do conhecimento: à época, elas eram menos 40% do contingente dedicado às Humanas e Biológicas e, em relação as Exatas (carreiras como Engenharia, Matemática e Física), elas eram menos de 25%, como destacou O Globo, em fevereiro de 2019. Apesar do caminho longo a percorrer, já existem iniciativas voltadas para dar mais apoio às mulheres na ciência.

Em São Paulo, o “PrograMaria”, clube de programação só para mulheres, existe desde 2015, criado pela jornalista Ian Chan. A iniciativa oferece o curso “Eu ProgrAmo” de introdução à programação, com foco em desenvolvimento web, ensinando os conceitos básicos como os de HTML, CSS, JavaScript, Lógica. As aulas são 100% presenciais. Disponível em <https://bit.ly/2PdtQAK>

Em 2017, o Instituto Serrapilheira concedeu às mães um ou dois anos a mais na data-limite de conclusão do doutorado — um dos critérios de elegibilidade do edital — de acordo com o número de filhos. No mesmo ano, também foi aprovada a Lei nº 13.536/2017, que dá o direito a bolsistas de pesquisa ao afastamento, sem deixar de receber bolsa, de até 120 dias por maternidade ou adoção.

Em março de 2019, o CNPq anunciou a inclusão da aba com a indicação dos períodos de licença maternidade e paternidade que, segundo o órgão, poderá ser utilizada

SAIBA MAIS

Outros filmes e documentários sobre mulheres na ciência:

Journeys of Women in Mathematics (2018) – Conta a história e as dificuldades de três mulheres matemáticas de diferentes partes do mundo: a indiana Neela Nataraj, a camaronesa Aminatou Pecha e a brasileira Carolina Araujo.

Temple Grandin (2010) – Filme sobre Temple Grandin, pesquisadora autista que revolucionou as formas de tratamento animal em fazendas e abatedouros. O longa, rendeu à atriz que interpreta Temple (Claire Daines) o Emmy de melhor atriz.

RETRATO ATUALIZADO DA

SAÚDE DO BRASILEIRO

Brasileiro exagera no sal e sofre com diabetes, aponta pesquisa inédita

LISEANE MOROSINI

Grosso, refinado, granulado, com ervas, o sal nosso de cada dia vem sendo consumido em limites muito acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é menos de 2 mil miligramas de sódio por dia. A quantidade recomendada equivale a cinco gramas de sal diárias (ou uma colher de sopa rasa). Informações de um desdobramento da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), divulgadas no fim de novembro de 2019, mostram, no entanto, que os brasileiros ingerem diariamente quase que o dobro do recomendado pela OMS — a média nacional de consumo é de 9,34 gramas diárias.

Os dados inéditos apresentados na Fiocruz são desdobramentos da PNS, divulgada em 2013, que reuniu informações em âmbito nacional sobre a situação de saúde, os estilos de vida da população e a atenção à saúde. Além do consumo exagerado de sal, as informações recentes avaliam a prevalência de insuficiência renal (em torno de 6,7% na população) e de anemia entre adultos e idosos (cerca de 9,86%), alertam para o aumento da diabetes mellitus e para o alto consumo de medicamentos para hipertensão arterial e diabetes entre a população brasileira e indicam os reflexos das desigualdades social no acesso à saúde bucal e na alimentação no país.

Os números vão permitir ainda que se estabeleçam parâmetros hematológicos de referência nacional, como explicou a pesquisadora Célia Landmann Szwarcwald, coordenadora da PNS e integrante do Laboratório de Informação e Saúde (Icict/Fiocruz), durante a sua apresentação. Segundo ela, os atuais parâmetros internacionais que acompanham os resultados de exames não estão adequados à realidade nacional. “A análise com os resultados dos exames de sangue e urina da PNS oferece, pela primeira vez, uma amostra representativa do país. E o conhecimento dos parâmetros hematológicos de referência é

fundamental para a avaliação do estado de saúde e do padrão de adoecimento da população”, explicou à *Radis*.

Célia também destacou que a redução no consumo de sal é um dos caminhos mais eficazes e baratos para diminuir o número de mortes por doenças crônicas não transmissíveis, sobretudo por tornar possível a diminuição da pressão arterial média da população. “A redução do sal na alimentação tem potencial para diminuir uma grande fração de mortes prematuras e aumentar, consideravelmente, a expectativa de vida saudável na população brasileira”, justificou a pesquisadora.

Também no lançamento dos dados, Deborah Carvalho, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), instituição parceira do estudo, manifestou preocupação sobre dois outros pontos trazidos pelos resultados. O primeiro deles se refere aos números de insuficiência renal (6,7% na população): segundo ela, o diagnóstico laboratorial é até quatro vezes mais elevado, embora apenas 1,7% das pessoas tenham afirmado que foram informadas pelo médico que estavam doentes. “Constatamos que muitas pessoas têm algum tipo de insuficiência renal, mas não foram diagnosticados o que representa uma perda de oportunidade de prevenção e também uma piora de qualidade de suas vidas”, salientou.

Outro dado que chamou atenção da pesquisadora foi a prevalência da anemia (9,86%). Segundo Deborah, pesquisa realizada em 2006 com mulheres em idade fértil revelava um índice de 29,4%. A queda, considerada “muito expressiva”, é resultado da política dirigida ao público materno-infantil, explicou a pesquisadora. “Em 2004 houve o programa de fortificação das farinhas de trigo, milho e arroz, e também a implantação do Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF), destinado às crianças de 6 a 24 meses e gestantes. Esses resultados mostraram a efetividade dessas políticas”, salientou.

O QUE DIZ A PESQUISA SOBRE...

O CONSUMO DE SAL

Os dados da PNS apontam que praticamente três quartos dos brasileiros têm consumo alto de sal (mais de 8 gramas por dia), sendo maior entre homens e entre os mais jovens. O consumo médio diário foi estimado em 9,34 gramas — 9,63 entre homens e 9,08 entre mulheres. O maior uso foi observado na faixa etária de 30 a 44 anos (9,56 g/dia) e o menor, no grupo de pessoas com 60 anos ou mais (9,01 g/dia). Os pesquisadores não observaram diferença significativa de consumo de sal no que diz respeito à cor da pele nem à escolaridade. Quanto às regiões do Brasil, constatou-se consumo mais baixo na Região Norte (8,78 g/dia) e mais elevado no Sudeste (9,50 g/dia) e no Sul (9,40 g/dia).

A maior parte das pessoas (97,6%) consomem mais de 5 gramas por dia, índice considerado alto. O uso muito elevado, com mais de 12 gramas por dia, foi mais frequente em homens (15,7%) do que em mulheres (10,8%). Já a proporção dos que consomem mais de 12 gramas por dia é menor (11,35%) no grupo com escolaridade mais alta e nas regiões Norte e Centro-Oeste. Os pesquisadores alertam que programas de redução de consumo demandam ações coordenadas para seu enfrentamento, como, por exemplo, melhoria de acesso a alimentos saudáveis, ações de educação para a saúde, além da regulação e do monitoramento de acordos celebrados com a indústria de alimentos, para atingir todas essas subcategorias, e não somente grupos específicos, como hipertensos e doentes crônicos renais.

Quem consome muito sal tem maior risco de desenvolver pressão alta (presente em 28% dos adultos brasileiros), doenças cardiovasculares e insuficiência renal. Além disso, estima-se que até 10% das mortes por doenças cardiovasculares (DCV) podem ser atribuídas ao consumo de sódio superior a 2 gramas diários. Mas, se a realidade é uma, a percepção dos brasileiros é outra: apesar do excesso, 85,8% dos adultos pesquisados revelaram acreditar que consomem pouco sal.

ANEMIA

O estudo levantou a prevalência de anemia entre adultos e idosos no Brasil (9,86%), percentual que pode ser considerado sem expressão frente às estimativas da doença no mundo. A anemia atinge 27% da população mundial e sua prevalência pode variar de 9%, em países de alta renda, até 43%, em países de baixa renda. Contudo, Deborah destaca que a amostra estudada não incluiu crianças, grupo que manifesta grande risco de apresentar anemias e de sofrer as mais graves consequências do agravo. “Isso pode justificar a menor prevalência em comparação a outros estudos que envolveram populações de todas as faixas etárias”, salientou.

Em todos os critérios, a prevalência foi mais elevada entre mulheres e nas pessoas com mais de 30 anos, alcançando entre 14,2 e 22,6% acima de 60 anos. A prevalência maior de anemia moderada a grave foi verificada entre mulheres (12,2%), idosos (24,3%), pessoas de baixa escolaridade (11,9%), pessoas negras (17,1%) e das regiões Norte e Nordeste. Entre as mulheres, são as mais jovens que apresentam maior prevalência. “Os dados revelam uma grande desigualdade entre as pessoas”, diz Déborah, salientando que a anemia em idosos é muito preocupante, já que pode causar maior mortalidade.

Entre homens, a menor prevalência foi constatada entre os que tinham nível de educação médio completo ou mais, além de negros. Os resultados mostram também que, em geral, quanto à gravidade, 1,9% apresentou anemia moderada a grave e 8,0% anemia leve. As maiores prevalências de anemia moderada a grave foram verificadas no sexo feminino, em idosos (5,9%), em pessoas negras e entre os que possuem baixa escolaridade.

O que também chamou a atenção da pesquisadora foram os dados da Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde (PNDS), de 2006, que detectou um índice de 29,4% de anemia em mulheres em idade fértil. “Uma década depois temos 12% em mulheres em idade fértil. A queda é expressiva e atribuímos às políticas públicas materno-infantil voltadas à baixa renda. Nós podemos avançar muito quando as doenças são bem diagnosticadas e depois recebem o tratamento adequado”, observou. Segundo a pesquisadora, em 2004, houve o programa de fortificação de farinha de trigo, de milho, ferro e ácido fólico e a implantação do Programa Nacional de suplementação de ferro dirigido para crianças, de 6 a 24 meses, e gestantes e nutrizas.

DIABETES

O estudo registrou Diabetes mellitus em 6,6% dos adultos e que 6,8% estão pré-diabéticos. Isso significa dizer que até um décimo da população brasileira tem diabetes, e que pré-diabetes pode chegar até a um sexto do total de brasileiros. “Essa foi uma surpresa”, comentou Débora Carvalho (UFMG), integrante do grupo de pesquisa. Se incluídas as pessoas que referiram ter diagnóstico de diabetes e/ou usam medicamentos, a prevalência da doença sobe para 8,4%. O percentual mais que dobra na população obesa (17%) e idosos (14%, entre pessoas com 70 anos e mais). Os resultados preocupam os pesquisadores já que o controle da doença é essencial para evitar acidentes vasculares e sistêmicos do diabetes mellitus tipo 1.

A prevalência foi mais elevada entre mulheres, aumentou com a idade e foi maior em populações de baixa escolaridade, com sobrepeso, obesidade (17%) e no Centro-Oeste do país. Ser do sexo masculino e escolaridade alta foram fator de proteção para diabetes. Quanto à idade, os idosos apresentam prevalências mais elevadas, o que pode ser justificado pelas alterações fisiológicas inerentes ao processo de envelhecimento. Em todos os critérios, a prevalência foi mais elevada entre mulheres e nos indivíduos com idade acima de 30 anos, alcançando entre 14,2% (laboratorial) e 20,6% (Laboratório ou medicamento) nas pessoas acima de 60 anos.

USO DE MEDICAMENTOS

Os pesquisadores avaliaram que é alto o uso de medicamentos para hipertensão arterial e diabetes na população brasileira. O uso de medicamentos para controle da hipertensão arterial foi feito por 81,4% dos hipertensos, sendo maior entre as mulheres, a população branca e que tem plano de saúde. O estudo mostrou que a utilização do medicamento cresce com a idade e é menor na Região Norte. No caso de diabetes mellitus, o uso foi de 80,2% para os diabéticos, sendo maior entre a Região Sudeste, os idosos, os pacientes com maior escolaridade e com plano de saúde.

O uso de anti-hipertensivos foi maior nos pacientes com plano de saúde, em comparação aos sem plano, apenas no segmento dos idosos (6% maior) e nos residentes da Região Nordeste (9% maior). No que diz respeito ao uso de antidiabéticos, ele foi próximo a 10% entre os indivíduos com plano, em comparação aos sem plano, em quase todas as categorias analisadas, sendo a diferença maior (44%) constatada no segmento etário de 30 a 59 anos.

De acordo com os pesquisadores, o aumento da cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF), um dos mais importantes contatos dos usuários com o serviço de saúde no Brasil, tem relação com a alta utilização de medicamentos para hipertensão e diabetes e proporcionou a ampliação do acesso da população a esses serviços. Além disso, eles observaram que as desigualdades socioeconômicas e regionais de uso desses medicamentos não foram expressivas, em decorrência de políticas públicas adotadas, como a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), a Política Nacional de Medicamentos (PNM) e o Programa Farmácia Popular do Brasil (PPFB), que visam promover maior e mais equânime acesso da população a medicamentos.

DOENÇA RENAL

A PNS também foi o primeiro estudo nacional a apresentar avaliação de função renal para a população adulta brasileira por meio de critérios laboratoriais. Para isso, fez a dosagem de creatinina sérica e estimou a taxa de filtração glomerular (TFG), segundo variáveis sócio demográficas, dois exames utilizados para detectar doenças renais. A prevalência de insuficiência renal foi de 6,7%. O resultado surpreendeu os pesquisadores: as estimativas foram até quatro vezes maiores se comparadas com outras pesquisas feitas antes no país, em geral “autorreferidas” e baseadas nos relatos dos próprios doentes. “Nós verificamos que a insuficiência real foi relatada por 1,7%.

Os resultados dos exames laboratoriais sugerem que há um subdiagnóstico da doença renal no país, salientaram os pesquisadores. A partir dos resultados, Deborah destaca que muitos brasileiros têm insuficiência renal, mas não foram diagnosticados. “Isso representa uma perda de oportunidade de prevenção e também piora de qualidade de vida”, indicou. A baixa TFG foi mais frequente em mulheres (8,2%), na faixa etária de 60 anos ou mais (21,4%) e entre pessoas com escolaridade mais baixa (9,6%). Ela salientou ainda que o estudo não observou diferença com relação à cor da pele e recomenda que as equações que calculam TFG não utilizem correção para negros.

NOVOS VALORES DE REFERÊNCIA LABORATORIAIS

Quem tem um laudo de um laboratório nas mãos sabe que basta comparar os números com os que são apresentadas no próprio exame para ver se todos os marcadores estão dentro da normalidade ou fora do padrão. Chamados de valores de referência, esses parâmetros são estabelecidos por entidades internacionais. A partir dos números levantados pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), os brasileiros vão contar, pela primeira vez, com marcadores bioquímicos mais próximos de sua realidade, para o monitoramento de importantes questões de saúde. “Hoje, se você faz um exame de sangue num laboratório, o resultado vem acompanhado de uma série de parâmetros que não representam o que seriam valores de referência adequados à nossa realidade”, observou Celia Landmann, coordenadora da pesquisa.

Segundo ela, os valores de referência podem ser influenciados por fatores populacionais e ecológicos, como idade, sexo, raça, nível socioeconômico, exposição a agentes químicos, físicos e biológicos, e por isso há diferenças entre as populações. “O Brasil é marcado pela miscigenação, com uma grande diversidade de raças, etnias, povos, segmentos sociais e econômicos. A composição de amostras de sangue e de urina de um europeu ou de um americano é diferente da nossa”, explicou à *Radis*.

A PNS foi realizada em 2013 e 2014 em quase 70 mil domicílios, quando foram entrevistados 60 mil adultos. A pesquisa foi conduzida pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Fiocruz e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Uma subamostra foi definida para a realização de exames laboratoriais: em 2014 e 2015, foram coletadas amostras de sangue e de urina de quase nove mil pessoas acima de 18 anos, em todas as regiões do país. Celia salientou a complexidade do trabalho. “Determinar os valores de referência de exames laboratoriais é um grande desafio, pois exige metodologia adequada, que inclui a amostragem representativa da população e cuidados metodológicos na coleta, no processamento, no transporte e na análise bioquímica e

estatística”. Uma nova coleta de material biológico será realizada na Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde (PNDS), em 2021, segundo informou Cimar Azeredo, vice-diretor de Pesquisa do IBGE.

A coleta do material biológico da PNS e a análise dos exames laboratoriais foram realizadas por um consórcio liderado pelo grupo DASA, em parceria com o Hospital Sírio-Libanês. Foram adotados pesos de pós-estratificação segundo sexo, idade, escolaridade e região. Os exames laboratoriais realizados com as amostras de sangue foram: hemoglobina glicada; colesterol total e frações; sorologia para dengue; hemograma série vermelha (eritograma) e série branca (leucograma); cromatografia líquida de alta eficiência (HPLC) para diagnóstico de hemoglobinopatias; creatinina; e, com as amostras casuais de urina, estimativas de excreção de potássio, sódio e creatinina.

Entre os resultados, a pesquisadora Deborah Carvalho, da UFMG, salientou a presença de hemoglobinopatias em 3,7% da população. As principais foram o traço falciforme (2,49%), a talassemia menor (0,30%) e a suspeita de talassemia maior (0,80%). Em relação ao traço falciforme e à suspeita de talassemia maior, houve diferença estatisticamente significativa para a variável cor da pele. As prevalências encontradas para traço falciforme segundo cor de pele foram: preta (4,1%), parda (3,6%), branca (1,2%) e outras (1,7%).

O trabalho da pesquisa possibilitou ainda a criação de uma soroteca, coordenada pelo Ministério da Saúde, reunindo as amostras biológicas, que serão preciosas para pesquisas. “Tendo em vista os eventos esportivos que ocorreram na época de coleta de material biológico, hipóteses sobre a circulação de vírus oriundos de outros países poderão ser investigadas com esses dados”, exemplificou a pesquisadora. Todos os resultados da pesquisa e dos novos valores para os exames laboratoriais podem ser consultados no suplemento temático da Revista Brasileira de Epidemiologia de novembro (<https://bit.ly/2YxmcFG>).

DESIGUALDADES NA SAÚDE

A Pesquisa Nacional de Saúde detectou grandes desigualdades entre os diferentes estratos de renda no acesso à saúde bucal, no perfil da alimentação e entre mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Na saúde bucal, a perda de dentes [edentulismo] na população com mais de 60 anos afeta mais do que o dobro das pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo, em comparação às pessoas da mesma faixa etária que têm renda superior a três salários mínimos — a prevalência da doença varia de 44%, no primeiro grupo, para 20%, no segundo.

Na maioria dos indicadores de condições bucais, a magnitude das desigualdades foi elevada em ambos os grupos. A renda mostrou-se um fator que persiste limitando o acesso

aos serviços odontológicos e, mesmo entre os segmentos de menor renda, há números elevados de pessoas que pagam por consulta odontológica. Segundo os pesquisadores, os achados do estudo podem contribuir para o planejamento da assistência odontológica no país, e para estimular o monitoramento destas disparidades com dados das próximas pesquisas. As maiores desigualdades foram verificadas no uso de fio dental, nas práticas de higiene e na perda de todos os dentes e dificuldade de mastigar.

A análise no perfil de alimentação dos brasileiros mostrou, por sua vez, resultados contraditórios. Quanto aos alimentos saudáveis, brancos, pessoas com maior renda e maior grau de escolaridade têm melhor perfil alimentar




com consumo mais frequente de frutas, legumes e vegetais. Contudo, paradoxalmente, também nos segmentos de melhor condição social foram identificadas maiores prevalências quanto ao consumo de alimentos doces e substituição de refeições por sanduíches, salgados ou pizzas.

Outra análise realizada se voltou a mulheres em idade reprodutiva beneficiárias do programa Bolsa Família. Houve grande disparidade na proporção de mulheres que avaliam a própria saúde como boa ou muito boa: variou de 61,6%, entre as beneficiárias, e 75,3% entre as não beneficiárias. Apesar disso, a maioria dos marcadores biológicos não mostrou diferenças significativas. “Os indicadores mostram que a população mais vulnerável é altamente afetada por políticas de austeridade. Já vimos que, em dois anos, elevou a taxa de mortalidade infantil e materna. É possível que tenhamos uma piora. Nada melhor do que dados para monitorar. É uma linha de base para comparar”.

Outra informação trazida pela pesquisa é que os idosos pertencentes aos segmentos da população com maior nível de escolaridade e renda mostraram maior participação em todas as atividades consideradas no estudo — atividades sociais e cívicas, a prática de esportes e o trabalho remunerado ou voluntário. “Vivemos um processo intenso de transição demográfica no Brasil, com o rápido crescimento da expectativa de vida. As desigualdades

comprovadas pela PNS representam um grande desafio, e um alerta para que as políticas públicas criem estratégias para que os brasileiros tenham oportunidades iguais de desfrutar de uma velhice saudável e ativa”, conclui Celia.

Foram também pesquisados indicadores de envelhecimento ativo na população brasileira. Os dados mostraram que a participação em distintas atividades na velhice pode estar relacionada aos papéis tradicionais de gênero que se naturalizaram ao longo do ciclo de vida. O percentual de envolvimento em atividades sociais organizadas, participação cívica e atividade física foi de 25,1; 12,4 e 13,1%, respectivamente. Em relação ao trabalho, 20,7% exerciam trabalho remunerado e 9,7% participavam de voluntariado. As mulheres apresentaram maiores prevalências de participação em atividades sociais organizadas e em trabalho voluntário; e entre os homens prevaleceu a participação cívica e o trabalho remunerado. Entre os brancos, foram observadas maiores frequências de participação em atividades sociais, trabalho voluntário e atividade física de lazer, explicadas pela escolaridade. A partir desses resultados, os pesquisadores salientaram que “ainda foi possível evidenciar as possibilidades de contribuição do SUS na efetivação do envelhecimento ativo no Brasil, seja promovendo ações específicas de saúde que favorecem a vida ativa, seja fomentando a participação em atividades com vistas a retroalimentar a saúde dos idosos”. 



PROTEÇÃO LGBTI NO SMARTPHONE

Um ecossistema digital para facilitar à população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans e Intersexos) se informar, denunciar, registrar, enfrentar e evitar diversas formas de violência a que está sujeita. Assim se define o aplicativo Dandarah, idealizado pelo Projeto Resistência Arco-Íris (Ensp/Fiocruz), em parceria com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), e lançado em dezembro.

A ideia dá seguimento à pesquisa iniciada em 2017 na Ensp, que mobilizou lideranças, profissionais de educação, assessorias parlamentares e ativistas para discutir o impacto da violência, do estigma e da discriminação na vida das pessoas LGBTI e possibilitou um processo colaborativo de construção do app, cujo nome homenageia a travesti Dandara Ketlyn — assassinada brutalmente em 2017, no Ceará. Entre as funcionalidades disponíveis estão informações sobre ambientes seguros para a população LGBTI, além de delegacias e serviços de apoio (cadastrados com a ajuda dos usuários), além de um “botão do pânico” que, caso acionado, envia automaticamente alerta de risco para cinco pessoas cadastradas pelo usuário. O Dandarah já está disponível na versão beta na Play Store e, em breve na App Store, segundo seus idealizadores.

DE OLHOS FECHADOS

“Força tão poderosa requer explicação. O que afinal é o sonho? Para que serve? Dar respostas a essas perguntas exigirá primeiro entender como se originou e evoluiu em estado mental”, desafia-se Sidarta Ribeiro em “O oráculo da noite: A história e a ciência do sonho” (Companhia das Letras). A partir

de informações históricas, antropológicas, psicanalíticas e literárias e de informações atualizadas da biologia molecular, da neurofisiologia e da medicina, o neurocientista que comanda o Instituto do Cérebro (UFRN) constrói uma narrativa sobre a mente humana pelo fio condutor dos sonhos.

(RE)EXISTIR NA CIDADE

Em “Corpo encantado das ruas” (Civilização Brasileira), o escritor, historiador e compositor Luiz Antonio Simas passeia pelo Rio de Janeiro propondo encontros improváveis entre os signos da metrópole e os elementos do capital cultural e financeiro global. Na narrativa afetiva, desconstrói conceitos e defende a rua como território do encontro: “Não é um livro sobre resistir. É sobre reexistir. Reinventar afetos, aprender a gramática dos tambores, sacudir a vida para que surjam frestas. Para que corpos amorosos, corpos de festa e de luta se lancem ao movimento e jamais deixem de ocupar a rua”.

RACISMO EM FAMÍLIA

Em um romance de ficção política, Paulo Scott narra, em “Marrom e Amarelo” (Alfaguara), a história de dois irmãos marcados pela discriminação racial no Brasil. Ao seu modo, cada um deles enfrenta diferentes aspectos de um Brasil distópico, conflagrado, da inércia do comando político à crônica tensão racial de toda a sociedade. Na condução da história, os bastidores de uma comissão em Brasília, instituída pelo novo governo, para discutir o preenchimento das cotas raciais nas universidades, e os intensos debates trazem à tona eventos traumáticos da vida das personagens.

AIDS 2020

Já estão abertas as inscrições para a 23ª Conferência Internacional da Aids. A partir do tema central “Resiliência”, a programação inclui discussões abrangentes sobre temas diversos, que vão desde a prestação de serviços de saúde para pessoas deslocadas internamente e migrantes, passando pela ética em pesquisas de cura do HIV, até novos dados sobre reservatórios do vírus nos gânglios linfáticos, no intestino e no cérebro. Já é possível registrar-se e inscrever trabalhos. Além disso, o evento também prevê a organização de um espaço de intercâmbios entre ativistas, organizações e pessoas que vivem com HIV, além de atividades programadas para o público jovem.

Data 6 a 10 de julho

Local São Francisco/Oakland, Estados Unidos

Info <https://www.aids2020.org/>

AIDS: HORA DE COMEÇAR DE NOVO

RICHARD PARKER*

Durante os anos 1990 e 2000, a resposta da sociedade brasileira à epidemia de HIV e aids foi construída como um exemplo para o mundo: um tipo de modelo para outras sociedades, principalmente no Sul Global, que mostrava que até em países de renda média era possível desenvolver políticas progressistas capazes de garantir os direitos humanos das pessoas afetadas e infectadas e também conter a epidemia. Construída ao longo de governos com abordagens distintas — durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva — a política da aids foi um exemplo vivo da importância da democracia, do debate público e do respeito mútuo de pessoas e comunidades diversas capazes de discordar sobre muitas questões, e ao mesmo tempo buscar o diálogo.

Este diálogo tinha o propósito de construir políticas de saúde democráticas e inclusivas, além de garantir que esta formação no campo da saúde contribuísse para a construção de uma sociedade mais justa. Com a solidariedade como ponto de partida ético-político, a política da aids combatia com firmeza a terceira epidemia, marcada pelo estigma e discriminação, que se disseminaram como consequência da primeira epidemia da infecção pelo HIV e da segunda, marcada pelas doenças associadas à aids. Ainda sobre esta época de ricas experiências, a política foi capaz de aproveitar avanços científicos para garantir acesso ao tratamento e cuidados necessários para as pessoas vivendo com HIV e aids (PVHA), e construir campanhas e ações de prevenção com base nos direitos humanos e na cidadania das pessoas e comunidades vulneráveis diante da infecção pelo HIV.


Lamentavelmente, a partir dos anos 2010, já na quarta década da epidemia, a história começou a mudar. Na época, não percebemos esta mudança com clareza, mas já vivíamos grandes conflitos em relação às políticas e programas para enfrentamento da epidemia. A bancada religiosa e conservadora no Congresso Nacional começou a atacar campanhas de prevenção e usar as ações como moeda de troca para assegurar o seu apoio às políticas econômicas dos dois governos de Dilma Rousseff e também do governo interino de Michel Temer.

Campanhas educativas e intervenções de prevenção para as populações mais afetadas pela epidemia (gays e outros homens que fazem sexo com homens, travestis e mulheres trans, prostitutas, usuários de drogas injetáveis) foram censuradas e canceladas. O retorno do estigma e da discriminação incendiou o pânico moral sobre práticas sexuais não normativas e reacendeu projetos de lei e

chamadas a favor da criminalização da infecção pelo HIV. Revendo este período, percebemos que uma polarização política crescente e os primeiros sinais do rompimento com a democracia já começavam a aparecer e a comprometer o modelo brasileiro de enfrentamento da epidemia.

A partir de 2019, com a instalação do governo de Jair Bolsonaro, nós testemunhamos o desmonte muito mais rápido e avassalador desse modelo. Materiais informativos foram recolhidos para serem censurados. Campanhas de prevenção para populações-chaves, vistas como minoritárias, foram abandonadas em favor de informações vagas dirigidas a um suposto público majoritário. O Departamento de IST, AIDS e Hepatites Virais foi rebaixado e subordinado a uma nova unidade, designada Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis — o que literalmente excluiu a palavra ‘aids’ das prioridades do Ministério da Saúde. E discursos discriminatórios com relação às populações mais afetadas pela epidemia foram elevados às esferas mais altas de poder no Estado brasileiro. Tudo feito sem nenhum processo de consulta, debate público ou diálogo democrático. Encerrou-se definitivamente o tão respeitado modelo brasileiro de enfrentamento da aids.

O que podemos esperar em 2020? Ninguém tem uma bola de cristal para adivinhar com certeza, mas com base na história do enfrentamento ao longo das últimas décadas, é difícil ser otimista. Dos programas governamentais, infelizmente, não podemos esperar avanços. Em tempos de terraplanismo, distorção do significado dos direitos humanos, ataques contra a suposta ‘ideologia de gênero’ e a educação sexual compreensiva, priorização dos interesses da maioria, demonização da sociedade civil, e glorificação do estigma, preconceito, discriminação e violência, não há política eficaz de enfrentamento da aids.

Para quem ainda tem compromisso com a luta contra HIV e aids (e a nossa única esperança é que ainda há muitas pessoas com este compromisso, tanto na sociedade civil quanto no Estado), é hora de começar de novo. É hora de levantar de novo a bandeira da solidariedade e da cidadania. É hora de lembrar que o caminho para o controle da epidemia depende da defesa dos direitos humanos e do compromisso com a justiça social. Caminhando para a quinta década da epidemia, e refletindo sobre tudo que passou, temos que lembrar uma das primeiras lições que aprendemos: silêncio ainda é igual à morte, da mesma forma que ação ainda é igual à vida. Viva a vida! 

■ Diretor-Presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), professor visitante sênior do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva (IESC/UFRJ) e professor titular emérito de Ciências Sociomédicas e Antropologia da Columbia University.

**NOSSO
RADIS LADO
É O SUS**

RADIS

www.radis.ensp.fiocruz.br

facebook.com/RadisComunicacaoSaude

flickr.com/RadisComunicacaoSaude

instagram.com/radisfiocruz